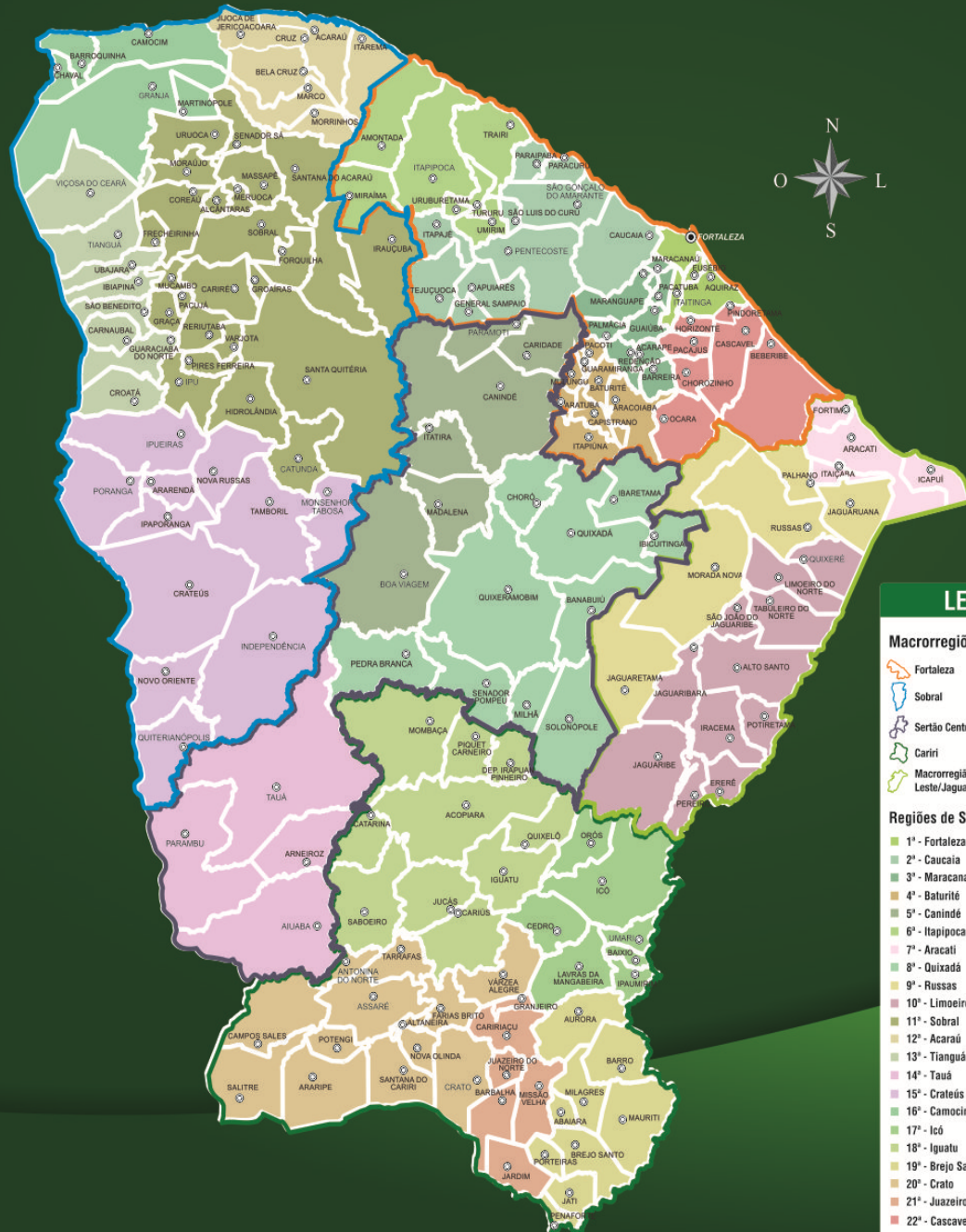


CADERNO DE INFORMAÇÃO EM SAÚDE

REGIÃO DE SAÚDE CANINDÉ



LEGENDA

Macrorregiões de Saúde

- Fortaleza
- Sobral
- Sertão Central
- Cariri
- Macrorregião do Litoral Leste/Jaguaribe

Regiões de Saúde

- 1° - Fortaleza
- 2° - Caucaia
- 3° - Maracanaú
- 4° - Baturité
- 5° - Canindé
- 6° - Itaipipoca
- 7° - Aracati
- 8° - Quixadá
- 9° - Russas
- 10° - Limoeiro do Norte
- 11° - Sobral
- 12° - Acaraú
- 13° - Tianguá
- 14° - Tauá
- 15° - Crateús
- 16° - Camocim
- 17° - Icó
- 18° - Iguatu
- 19° - Brejo Santo
- 20° - Crato
- 21° - Juazeiro do Norte
- 22° - Cascavel



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria da Saúde

Camilo Sobreira de Santana
Governador do Estado do Ceará

Henrique Jorge Javi de Souza
Secretário de Saúde do Estado do Ceará

Lilian Alves Amorim Beltrão
Secretária Executiva

Marcos Antônio Gadelha Maia
Secretário Adjunto

Coordenação

Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde – COPROM

Márcio Henrique de Oliveira Garcia

Núcleos

Núcleo de Informação e Análise em Saúde – NUIAS

Thaís Nogueira Facó de Paula Pessoa

Núcleo de Vigilância Epidemiológica – NUVEP

Sheila Maria Santiago Borges

Núcleo de Vigilância Sanitária – NUVIS

Maria Dolores Duarte Fernandes

Núcleo de Vigilância de Vigilância Ambiental – NUVAM

Edenilo Baltazar Barreira Filho

Núcleo de Controle de Vetores – NUVET

Roberta de Paula Oliveira

Núcleo de Imunizações – NUIMU

Ana Vilma Leite Braga

Equipe de Elaboração

Núcleo de Informação e Análise em Saúde - NUIAS

Jeane Leandro Dias

Lindélia Sobreira Coriolano

Pedro Antônio de Castro Albuquerque

Rafael Reinaldo da Silva

Socorro Maria Pinho Penteado

Thaís Nogueira Facó de Paula Pessoa

Colaboração

Ana Karine Borges Carneiro

Ana Rita Paulo Cardoso

Augediva Maria Jucá Pordeus

Danielle Martins Rabelo

Ediânia de Castro Albuquerque

Francisco Alexandre Monteiro Nogueira

Gerlânia Maria Martins de Melo Soares

Harlen Regis da Silva Lima

Leidyane Viana da Silva

Luana de Freitas Pinto Severiano

Luiz Correia Filho

Maria Aurenice de Oliveira

Marta Maria Caetano de Souza

Macedônia Pinto dos Santos

Nayara Camila Amorim de Alvarenga Pivisan

Regina Maria Vale de Carvalho

Regiane de Moraes Araújo

Vivian da Silva Gomes

Sergio Murilo Martins Cruz

Sheila Maria Santiago Borges

Outras Instituições Envolvidas

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Secretaria das Cidades – SCIDADES

Secretaria da Educação – SEDUC

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

APRESENTAÇÃO

A Secretaria da Saúde do Ceará (Sesa), alinhada à sua missão de “*assegurar a formulação e gestão das políticas públicas em saúde e a prestação da assistência à saúde individual e coletiva, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida dos cearenses*”, busca cooperar continuamente com os gestores regionais e municipais de saúde no aperfeiçoamento dos processos e práticas de gestão.

Neste sentido, a Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde (Coprom/Sesa), comprometida com a produção sistemática de informações que subsidiem o planejamento e gestão em saúde no SUS, apresenta os novos **Cadernos de Informação em Saúde**. Elaborados pelo Núcleo de Informação e Análise em Saúde (Nuias/Coprom) com colaboração de diversos setores afins, os cadernos oferecem informações acerca de aspectos demográficos e socioeconômicos, dados de mortalidade e morbidade, além de recursos e cobertura, atualizados até 2015 ou período mais recente possível para cada informação.

Trata-se de um compilado de vinte e duas publicações relacionadas a cada uma das regiões de saúde do Estado. Cada caderno apresenta dados e indicadores relevantes com enfoque nos municípios que compõem aquela região e na respectiva macrorregião de saúde.

Márcio Henrique de Oliveira Garcia
Coordenadoria de Promoção e Proteção à Saúde - Coprom

A exibição dos dados através de gráficos e tabelas, acompanhados de notas técnicas e alertas, torna a visualização rápida e prática facilitando a análise de forma regionalizada.

Os dados dos cadernos foram extraídos dos principais Sistemas de Informação em Saúde alimentados pelos municípios e monitorados pela Secretaria da Saúde do Ceará, acrescidos de informações de setores importantes como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), Secretaria de Educação do Ceará (Seduc) e Secretaria das Cidades, que complementam e enriquecem o contexto de análise de saúde.

A proposta é manter uma periodicidade de publicação quadrienal, sempre vinculada ao período de início de novos mandatos da gestão municipal, justamente com o objetivo de contribuir para o conhecimento da realidade local de cada gestor.

A expectativa é que os **Cadernos de Informação em Saúde** possam subsidiar profissionais e gestores na tomada de decisões e no planejamento das ações com foco nas prioridades de cada município e região de saúde do Estado, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida e de saúde dos cearenses.

Henrique Jorge Javi de Souza
Secretário de Saúde do Estado do Ceará

Indicadores Demográficos e Socioeconômico

Demográficos – Tabelas

- População residente, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- População por faixa etária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012.
- População do sexo masculino por faixa etária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012 .
- População do sexo feminino por faixa etária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012.
- Número de nascidos vivos (NV) e taxa de natalidade, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015.
- Número de óbitos e coeficiente geral de mortalidade (CGM), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015.

Socioeconômicos – Tabelas

- Taxa de escolarização no ensino fundamental, segundo os municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2011 a 2015.
- Taxa de escolarização no ensino médio, segundo os municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2011 a 2015.
- Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e ranking, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012.
- Proporção da população em situação de extrema pobreza, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2010.

Indicadores de Mortalidade

Mortalidade - Mortalidade por causas - Tabelas

- Mortalidade proporcional por causas (Capítulo CID 10), Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015.
- Mortalidade proporcional pelas principais causas, Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015.
- Mortalidade proporcional pelas principais causas (Cap CID 10), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.

Mortalidade por causas - Figuras

- Taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por doenças isquêmicas do coração por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por doenças hipertensivas por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por homicídio por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por acidentes de moto por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por câncer de próstata por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por câncer de mama feminina por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por câncer de pulmão por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de mortalidade por câncer de estômago por Região de Saúde - Ceará, 2015.

Indicadores de Mortalidade

Mortalidade infantil - Tabelas

- Taxa de mortalidade infantil e seus componentes (neonatal e pós-neonatal), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Número e proporção de óbitos evitáveis em < 1 ano segundo tipo de evitabilidade, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Mortalidade infantil - Figuras

- Taxa de mortalidade infantil por Região de Saúde - Ceará, 2015.

Mortalidade materna - Tabelas

- Número de óbitos e razão de mortalidade materna por Região de Saúde da Macrorregião Canindé - Ceará, 2013 a 2015.
- Número de óbitos maternos, municípios da Região de Saúde de Canindé - Ceará, 2013 a 2015.

Mortalidade materna - Figuras

- Razão de mortalidade materna (RMM) por Região de Saúde - Ceará, 2015.

Doenças transmissíveis - Tabelas

- Número de casos confirmados das principais doenças transmissíveis, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Indicadores de Morbidade

Doenças transmissíveis - Figuras

- Taxa de incidência de dengue por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de incidência de leishmaniose visceral por Região de Saúde - Ceará, 2015
- Taxa de incidência de leishmaniose tegumentar por Região de Saúde - Ceará, 2015
- Taxa de detecção de hanseníase por Região de Saúde - Ceará, 2015
- Taxa de incidência de tuberculose por Região de Saúde - Ceará, 2015
- Taxa de incidência de aids por Região de Saúde - Ceará, 2015
- Taxa de incidência de sífilis congênita por Região de Saúde - Ceará, 2015

Notificação de violência praticada contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso – Tabelas

- Número de casos notificados de violência, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015

Notificação de violência praticada contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso – Figuras

- Número de casos notificados de violência praticada contra a criança, adolescente, mulher e o idoso por Região de Saúde - Ceará, 2015.

Internação hospitalar - Tabelas

- Número e proporção de internação por causas (Capítulo CID 10), Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Número e proporção de internação pelas principais causas específicas, Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Número e proporção de internação pela principais causas (Cap CID 10), municípios da Região de Saúde de Canindé - Ceará, 2015.

Internação hospitalar - Figuras

- Taxa de internação por traumatismo por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de internação por pneumonia por Região de Saúde - Ceará, 2015.
- Taxa de internação por doenças infecciosas intestinais por Região de Saúde - Ceará, 2015.

Internação hospitalar condições sensíveis à atenção primária - Tabelas

- Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.

Internação hospitalar condições sensíveis à atenção primária - Figuras

- Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.

Recursos - Tabelas

- N.º profissionais de saúde (por 1.000 hab), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- N.º de unidades de saúde (CAPS, CEO, policlínica, UPA, hospital), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Cobertura da Atenção Primária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Gasto público com saúde como proporção do PIB e proporção da receita aplicada em saúde, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2013 e 2015.
- Proporção da receita própria aplicada em saúde, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2013 a 2015.

Coberturas - Tabelas

- Coberturas vacinais, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2014 e 2015
- Número e percentual de algumas características dos nascidos vivos, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada e cobertura de 1ª consulta odontológica programática, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Proporção de amostras de água examinadas para parâmetros coliforme total, cloro residual e turbidez, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2013/2015.
- Proporção de amostras de água examinadas para parâmetros coliforme total, cloro residual e turbidez por Região de Saúde - Ceará, 2013 a 2015.
- Taxa de cobertura urbana de abastecimento de água e esgotamento sanitário, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Número de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias e executadas, segundo municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.
- Monitoramento das ações de combate ao Aedes Aegypti, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015.

LISTA DE SIGLAS

Aids - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

BCG – Bacillus Calmette-Guérin

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial

CAGECE - Campanha de Água e Esgoto do Ceará

CEO - Centros de Especialidades Odontológicas

CGM - Coeficiente Geral de Mortalidade

CID-10 - Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, 10ª revisão

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CV – Cobertura Vacinal

CRES – Coordenadoria Regional de Saúde

DATASUS - Departamento de Informática do SUS/MS

DCC - Dengue com Complicação

DNV - Declaração de Nascido Vivo

DO – Declaração de Óbito

DN – Declaração de Nascidos

ESF - Estratégia de Saúde da Família

FHD - Febre Hemorrágica da Dengue

FTA- Abs - Fluorescent Treponemal Antibody Absorption

Hib - Haemophilus Influenzae

HB – Hepatite B

ICSAP – Interações de Condições Sensíveis à Atenção Primária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDB - Indicadores e Dados Básicos

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

IDM - Índice de Desenvolvimento do Município

LV – Leishmaniose Visceral

LT - Leishmaniose Tegumentar

MIF - Mulher em Idade Fértil

MS - Ministério da Saúde

McR – Macrorregião de Saúde

NV - Nascidos Vivos

OMS – Organização Mundial da Saúde

PIB - Produto Interno Bruto

PNI – Programa Nacional de Saúde

RS - Regional de Saúde

RIPSA - Rede Interagencial de Informações para a Saúde

RMM - Razão de Mortalidade Materna

SEDUC – Secretaria da Educação do Ceará

SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto

SCD - Síndrome do Choque da Dengue

SIA/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS

LISTA DE SIGLAS

SISAR - Sistema de Saneamento Rural Cearense

Siab - Sistema de Informações da Atenção Básica

SIH/SUS - Sistema de Informações Hospitalares do SUS

SIM - Sistema de Informação sobre Mortalidade

Sinan - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

Sinasc - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos

Siops - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos de Saúde

SI-PNI - Sistema de Informações do PNI

SUS - Sistema Único de Saúde

SVS - Secretaria de Vigilância em Saúde

TMI - Taxa de Mortalidade Infantil

TB - Tuberculose

TPHA - Treponema Pallidum Hemagglutination Test

VDRL - Venereal Disease Research Laboratory

VIP - Vacina Inativada Poliomielite

VOP - Vacina Poliomielite

INTRODUÇÃO

Os **Cadernos de Informação em Saúde** oferecem um repertório de informações relevantes e estratégicas que possibilitam o reconhecimento da situação de saúde dos municípios e regiões podendo, assim, embasar as discussões de avaliação e planejamento de ações no sentido de identificar prioridades em saúde. Para tanto, os Cadernos foram divididos em quatro grandes blocos temáticos: Indicadores Demográficos e Socioeconômicos, Indicadores de Mortalidade, Indicadores de Morbidade e Indicadores de Recursos e Cobertura.

Os **Indicadores Demográficos e Socioeconômicos** permitem conhecer as características de uma determinada população e seu comportamento ao longo dos anos de acordo com o contexto socioeconômico em que está inserida. Informações como distribuição da população por sexo e faixa etária, taxa de natalidade, taxa de escolarização e proporção da população em situação de extrema pobreza são essenciais para construção de políticas públicas de saúde que respeitem o princípio da equidade e que contribuam para a redução das desigualdades sociais.

No tocante aos **Indicadores de Mortalidade** destaca-se a importância dos dados específicos de mortalidade infantil e materna, visto que ambos são indicadores de grande relevância não só para a análise da situação de saúde, mas também por estarem diretamente relacionados a avaliação da qualidade dos serviços de saúde.

As principais doenças e agravos presentes no perfil epidemiológico do Estado são abordados no bloco dos **Indicadores de Morbidade**, ressaltando o contexto permanente das arboviroses, a exemplo da dengue, e o aumento da ocorrência das violências e acidentes. Neste bloco são descritas ainda as principais causas de internação hospitalar, com destaque às causas de internação por condições sensíveis à atenção básica.

A partir das informações do bloco de **Indicadores de Recursos e Cobertura** é possível reconhecer a capacidade instalada dos municípios no que se refere aos equipamentos e serviços de saúde, recursos humanos e financeiros. Ênfase especial deve ser dada às informações de coberturas vacinais, diante da necessidade permanente de controle das doenças imunopreveníveis, principalmente após a experiência do surto de sarampo no Estado do Ceará.

Esta versão dos Cadernos apresenta como inovação a inclusão do indicador relacionado às ações de vigilância sanitária consideradas necessárias aos municípios, e ainda dos indicadores de infestação predial e cobertura de visita domiciliar para o controle do *Aedes aegypti*.

Por fim, espera-se que os Cadernos de Informação em Saúde alcancem os objetivos propostos, sendo reconhecidos e utilizados por profissionais e gestores como um valioso instrumento de análise da situação de saúde e de direcionamento das políticas públicas nos municípios e regiões de saúde.

Indicadores Demográficos

População residente, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	População
Boa Viagem	53.838
Canindé	76.998
Caridade	21.800
Itatira	20.285
Madalena	19.425
Paramoti	11.549
RS Canindé	203.895
McR Sertão Central	637.257
Ceará	8.904.459

População por faixa etária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012

Município	<1	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 39	40 a 59	60 a 69	70 e +	Total
Boa Viagem	828	3.253	4.881	11.564	14.628	10.441	3.544	3.690	52.829
Canindé	1.306	4.827	6.842	16.673	22.249	14.307	4.391	4.614	75.209
Caridade	361	1.278	1.864	4.548	6.504	3.863	1.183	1.086	20.687
Itatira	359	1.395	2.038	4.643	5.389	3.360	1.040	1.177	19.401
Madalena	281	1.170	1.829	4.317	5.389	3.415	1.092	1.082	18.575
Paramoti	196	705	1.072	2.684	3.231	2.062	713	697	11.360
RS Canindé	3.331	12.628	18.526	44.429	57.390	37.448	11.963	12.346	198.061
McR Sertão Central	10.180	38.337	55.117	133.991	181.889	122.076	38.812	39.676	620.078
Ceará	140.578	515.992	708.874	1.724.817	2.852.628	1.738.389	481.042	443.685	8.606.005

População do sexo masculino por faixa etária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012

Município	<1	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 39	40 a 59	60 a 69	70 e +	Total
Boa Viagem	423	1.664	2.504	6.002	7.342	5.051	1.707	1.816	26.509
Canindé	668	2.469	3.490	8.453	10.984	6.864	2.140	2.208	37.276
Caridade	169	632	942	2.283	3.334	1.911	635	555	10.461
Itatira	183	696	1.032	2.366	2.765	1.667	559	578	9.846
Madalena	148	586	905	2.217	2.703	1.703	541	524	9.327
Paramoti	111	358	537	1.474	1.626	1.044	357	337	5.844
RS Canindé	1.702	6.405	9.410	22.795	28.754	18.240	5.939	6.018	99.263
McR Sertão Central	5.233	19.504	28.079	68.559	90.222	59.082	18.965	19.176	308.820
Ceará	71.865	262.879	361.038	872.076	1.394.371	819.169	221.205	192.257	4.194.860

População do sexo feminino por faixa etária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012

Município	<1	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 39	40 a 59	60 a 69	70 e +	Total
Boa Viagem	405	1.589	2.377	5.562	7.286	5.390	1.837	1.874	26.320
Canindé	638	2.358	3.352	8.220	11.265	7.443	2.251	2.406	37.933
Caridade	192	646	922	2.265	3.170	1.952	548	531	10.226
Itatira	176	699	1.006	2.277	2.624	1.693	481	599	9.555
Madalena	133	584	924	2.100	2.686	1.712	551	558	9.248
Paramoti	85	347	535	1.210	1.605	1.018	356	360	5.516
RS Canindé	1.629	6.223	9.116	21.634	28.636	19.208	6.024	6.328	98.798
McR Sertão Central	4.947	18.833	27.038	65.432	91.667	62.994	19.847	20.500	311.258
Ceará	68.713	253.113	347.836	852.741	1.458.257	919.220	259.837	251.428	4.411.145

Notas técnicas: População

1. Interpretação

- Expressa a magnitude do contingente demográfico e sua distribuição relativa por faixa etária, sexo e residência.

2. Usos

- Prover o denominador para cálculo de taxas de base populacional;
- Dimensionar a população alvo de ações e serviços;
- Analisar variações geográficas e temporais na distribuição de idades;
- Contribuir para o planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relacionadas à saúde, educação, trabalho, previdência, moradia e assistência social, para os diversos segmentos de idade;
- Orientar a alocação de recursos públicos, como, por exemplo, no financiamento de serviços em base *per capita*;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de alcance social.

3. Fonte

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estimativas populacionais, estratificada por idade e sexo, pelo MS/SGEP/Datasus.

Indicadores Demográficos

Número de nascidos vivos (NV) e taxa de natalidade, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015

Município	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Nº NV	Taxa	Nº NV	Taxa	Nº NV	Taxa	Nº NV	Taxa	Nº NV	Taxa	Nº NV	Taxa	Nº NV	Taxa
Boa Viagem	805	14,3	736	14,0	732	13,9	754	14,3	632	11,8	683	12,7	680	12,6
Canindé	1.169	15,1	1.214	16,3	1.072	14,3	1.117	14,9	1.049	13,7	1.122	14,6	1.159	15,1
Caridade	253	13,2	243	12,1	221	10,9	231	11,2	273	12,9	261	12,1	252	11,6
Itatira	324	17,2	334	17,7	289	15,1	310	16,0	259	13,0	304	15,1	327	16,1
Madalena	226	12,7	233	12,9	247	13,5	248	13,4	205	10,8	195	10,1	208	10,7
Paramoti	144	11,9	147	13,0	133	11,7	122	10,7	143	12,4	145	12,6	141	12,2
RS Canindé	2.921	14,5	2.907	14,9	2.694	13,7	2.782	14,0	2.561	12,7	2.710	13,4	2.767	13,6
McR Sertão Central	9.375	15,0	9.125	14,9	8.758	14,2	8.675	14,0	8.123	12,9	8.412	13,3	8.612	13,5
Ceará	131.393	15,4	128.827	15,2	128.589	15,1	126.866	14,7	124.874	14,2	128.681	14,6	132.056	14,8

Notas técnicas: Taxa de natalidade (Número de nascidos vivos por 1.000 habitantes)

1. Interpretação

- Expressa a intensidade com a qual a natalidade atua sobre uma determinada população; Em geral, taxas elevadas estão associadas a condições socioeconômicas precárias e a aspectos culturais da população.

2. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais da natalidade; Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relativas à atenção materna e infantil.

3. Fonte

- Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – Sinasc (instrumento de coleta do dado: Declaração de Nascido Vivo – DNV), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Número de óbitos e coeficiente geral de mortalidade (CGM), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015

Município	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Nº óbito	CGM	Nº óbito	CGM	Nº óbito	CGM	Nº óbito	CGM	Nº óbito	CGM	Nº óbito	CGM	Nº óbito	CGM
Boa Viagem	302	5,4	319	6,1	342	6,5	313	5,9	317	5,9	336	6,3	356	6,6
Canindé	458	5,9	430	5,8	489	6,5	460	6,1	478	6,3	440	5,7	478	6,2
Caridade	106	5,5	96	4,8	97	4,8	115	5,6	122	5,7	117	5,4	101	4,6
Itatira	114	6,0	100	5,3	97	5,1	91	4,7	106	5,3	130	6,5	121	6,0
Madalena	93	5,2	86	4,8	114	6,2	88	4,7	99	5,2	89	4,6	104	5,4
Paramoti	69	5,7	54	4,8	68	6,0	63	5,5	71	6,2	72	6,2	84	7,3
RS Canindé	1.142	5,7	1.085	5,6	1.207	6,1	1.130	5,7	1.193	5,9	1.184	5,8	1.244	6,1
McR Sertão Central	3.418	5,5	3.476	5,7	3.724	6,0	3.616	5,8	3.868	6,1	3.893	6,1	4.111	6,5
Ceará	44.193	5,2	43.844	5,2	47.877	5,6	48.708	5,7	51.635	5,9	51.943	5,9	54.963	6,2

Notas técnicas: Coeficiente geral de mortalidade (CGM) - Número de óbitos por 1.000 habitantes

1. Interpretação

- Expressa a intensidade com a qual a mortalidade atua sobre uma determinada população; Taxas elevadas podem estar associadas a baixas condições socioeconômicas ou refletir elevada proporção de pessoas idosas na população total.

2. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais da mortalidade; Monitorar a cobertura do Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.

3. Fonte

- Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM (instrumento de coleta do dado: Declaração de Óbito – DO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Alerta!

- Observar se o município vem obtendo o **parâmetro mínimo aceitável** de CGM (Portaria MS/SVS nº 201/2010):

- CGM \geq 4,4 óbitos por 1.000 habitantes para municípios com população < 50.000 hab.

- CGM \geq 5,3 óbitos por 1.000 habitantes para municípios com população \geq 50.000 hab.

I - Município com população inferior a 30.000 habitantes: será considerada situação irregular na alimentação do SIM, quando não houver o envio de nenhuma notificação positiva ou negativa por mês de ocorrência, por 2 (dois) meses consecutivos, no período avaliado;

II - Município com população de 30.000 habitantes ou mais: será considerada situação irregular na alimentação do SIM, quando não houver a transferência de pelo menos 80% (oitenta por cento) do volume esperado de registros de óbitos por mês de ocorrência, por 2 (dois) meses consecutivos, no período avaliado.

- Procurar coletar todas as DOs ocorridas no município, de pessoas residentes no local ou não, nas fontes: hospitais, cartórios, cemitérios, Instituto Médico Legal, Serviço de Verificação de óbito, domicílios e outros.

- Digitar as DO dos óbitos ocorridos no município até 60 dias após a ocorrência (notificação oportuna), com exceção para os óbitos de **mulheres em idade fértil (MIF)**, **óbitos maternos** e **infantis** que devem ser digitados até 30 dias após a ocorrência (Portaria MS/SVS, nº 1119/2008 e 72/2010).

Alerta!

Todas as DNVs devem ser recolhidas das maternidades e digitadas no Sinasc. Nos nascimentos sem assistência médica, a DNV deve ser emitida por um profissional de saúde devidamente habilitado, pertencente à equipe ou unidade de saúde de vinculação da mãe da criança (Portaria MS/SVS nº 116, 2009).

Indicadores Socioeconômicos

Taxa de escolarização no ensino fundamental, segundo os municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2011 a 2015

Município	Taxa de Escolarização no Ensino Fundamental (%)										Percentual de Distorção no Ensino fundamental				
	2011		2012		2013		2014		2015		2011	2012	2013	2014	2015
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida					
Boa Viagem	100,6	88,2	95,6	84,5	96,5	85,2	97,2	86,3	92,2	82,4	20,9	20,2	19,6	18,4	17,7
Canindé	102,2	90,9	97,0	86,1	98,6	88,2	98,0	88,5	93,7	85,0	20,8	20,1	18,7	17,3	17,0
Caridade	85,3	76,8	83,0	73,5	84,8	74,5	87,4	77,1	83,4	72,9	25,8	23,4	23,0	21,7	20,0
Itatira	117,1	100	111,4	98,0	114,6	100	116,4	100	110,8	96,0	27,1	25,3	23,9	23,4	22,7
Madalena	91,7	80,4	87,6	76,7	86,8	78,0	85,9	78,5	84,1	74,4	20,9	20,6	17,8	16,1	17,4
Paramoti	109,7	97,3	103,4	91,3	105,5	93,7	105,1	94,7	101,8	87,7	23,8	23,1	22,6	20,3	19,1
Ceará	99,7	90,2	95,5	87,1	98,4	90,1	100,8	92,4	97,5	89,6	16,6	15,2	14,1	12,5	11,0

Notas técnicas: Escolaridade

1. Interpretação

-Expressa o perfil de escolarização da população, na faixa etária recomendada, segundo o nível de ensino, no ano considerado.

-2. Usos

- Dimensionar a situação de escolarização, na faixa etária recomendada, nos diferentes níveis de ensino; Subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde e educação.

-3. Fonte

- Secretaria de Educação do Estado do Ceará – Seduc. Célula de Estudos e Pesquisas.

Alerta!

Elevadas taxas de distorção e baixas taxas de escolarização podem indicar a necessidade de estratégias de articulação intersetorial, no sentido da promoção da saúde. As ações de educação em saúde, a cargo das equipes da atenção primária, devem considerar este indicador, desde o planejamento e na eleição de estratégias pedagógicas.

Taxa de escolarização no ensino médio, segundo os municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2011 a 2015

Município	Taxa de Escolarização no Ensino Médio (%)										Percentual de Distorção no Ensino Médio				
	2011		2012		2013		2014		2015		2011	2012	2013	2014	2015
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida					
Boa Viagem	60,4	44,0	62,8	46,6	65,9	47,7	71,1	49,0	60,7	45,0	23,8	22,8	22,5	21,9	23,0
Canindé	67,5	49,0	67,9	52,1	61,6	47,5	64,5	49,2	60,3	47,5	19,8	17,4	16,3	16,4	16,1
Caridade	42,3	26,1	38,2	25,7	38,1	26,9	42,3	28,9	42,6	28,7	27,9	27,0	23,6	24,4	22,2
Itatira	84,1	51,5	76,8	51,5	74,9	51,3	78,5	54,4	75,1	54,5	32,8	23,1	25,1	23,2	20,8
Madalena	70,6	45,3	66,6	46,6	62,2	43,8	61,9	40,9	54,5	39,2	25,2	20,4	23,7	24,4	24,0
Paramoti	66,7	50,2	68,6	52,1	58,7	45,1	58,7	42,8	55,8	42,2	15,2	16,1	16,2	22,6	19,1
Ceará	80,1	54,0	78,3	54,7	74,0	52,7	76,0	55,0	72,5	54,2	23,8	22,0	20,9	20,3	19,4

Notas técnicas: Taxa de escolarização

Taxa de escolarização bruta: percentual da população matriculada em determinado nível de ensino, em relação à população total que se encontra na faixa etária recomendada para esse nível de ensino.

Taxa de escolarização líquida: percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino recomendado a essa faixa etária; é calculada para as faixas etárias de 0 a 3 anos; 4 a 6 anos; 7 a 14 anos; e 15 a 17 anos, que correspondem, respectivamente, a creche, pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Taxa de distorção idade-série: percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada para aquela série, considerando-se, no sistema educacional brasileiro, a idade de 6 anos no caso do Ensino Fundamental de nove anos, e a de 15 anos para o ingresso no Ensino Médio.

Indicadores Socioeconômicos

Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) e ranking, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2012

Município	IDM	Ranking
Boa Viagem	20,2	125º
Canindé	28,8	56º
Caridade	14,1	168º
Itatira	25,2	75º
Madalena	18,7	140º
Paramoti	15,6	163º

Proporção da população em situação de extrema pobreza, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2010

Município	População Extremamente Pobre			
	Urbana		Rural	
	Nº	%	Nº	%
Boa Viagem	6.874	25,8	12.215	47,2
Canindé	9.845	21,0	12.914	46,8
Caridade	2.837	24,6	3.106	36,6
Itatira	3.197	33,6	4.357	46,5
Madalena	1.888	21,2	3.922	42,8
Paramoti	1.401	25,3	2.505	43,4
RS Canindé	26.042	23,9	39.019	45,2
Ceará	726.270	11,4	776.654	36,9

Alerta!

Incluir, na justificativa de projetos, a posição do município no ranking; com ênfase naqueles voltados à redução de desigualdades.

Notas técnicas: Índice de Desenvolvimento Municipal -IDM

O Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) representa a consolidação de um conjunto de 30 indicadores subdivididos em quatro grupos: Fisiográficos, fundiários e agrícolas; Demográficos e econômicos; Infraestrutura de apoio; e Sociais. O índice global calculado, conforme a metodologia proposta, para cada município, permite sua classificação ou ranking no conjunto de valores atingidos.

1. Interpretação

-Expressa o nível de desenvolvimento alcançado por um determinado município em relação ao conjunto considerado, no ano analisado.

2. Usos

-Na tomada de decisão quanto à alocação de recursos no sentido da redução de desigualdades.

3. Fonte

- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece.

Notas técnicas: Proporção da população em situação de extrema pobreza

A proporção da população com rendimento mensal domiciliar per capita de até 70 reais foi considerada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), em 2011, como marcador da linha de extrema pobreza ou miséria.

No Ceará, em 2010, foi observado que Fortaleza, Maracanaú, Pacatuba, Eusébio e Horizonte apresentaram os menores percentuais de população em situação de miséria. Já Granja, Choró, Croatá, Miraíma e Santana do Acaraú atingiram os maiores percentuais. Os valores inferiores a 15% foram identificados em 20 municípios. Em 76 municípios o indicador foi superior a 30%. Este quadro evidencia grandes disparidades entre os municípios do Ceará quanto à condição de miséria (Ipece, 2011).

1. Interpretação

-Perfil da população em situação de extrema pobreza.

2. Usos

-Subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde, com ênfase naquelas voltadas à redução de desigualdades.

3. Fonte

- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece.

Indicadores de Mortalidade - Mortalidade por causas

Mortalidade proporcional por causas (Capítulo CID 10), Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015

Causa (Capítulo CID 10)	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	49	4,3	48	4,4	54	4,5	35	3,1	42	3,5	36	3,0	47	3,8
II. Neoplasias (tumores)	185	16,2	190	17,5	188	15,6	160	14,2	176	14,8	188	15,9	191	15,4
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	6	0,5	8	0,7	10	0,8	9	0,8	6	0,5	2	0,2	9	0,7
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	60	5,3	62	5,7	107	8,9	89	7,9	102	8,5	98	8,3	85	6,8
V. Transtornos mentais e comportamentais	27	2,4	17	1,6	23	1,9	29	2,6	19	1,6	23	1,9	25	2,0
VI. Doenças do sistema nervoso	17	1,5	19	1,8	21	1,7	31	2,7	36	3,0	33	2,8	38	3,1
IX. Doenças do aparelho circulatório	393	34,4	348	32,1	395	32,7	357	31,6	365	30,6	354	29,9	368	29,6
X. Doenças do aparelho respiratório	104	9,1	84	7,7	109	9,0	96	8,5	118	9,9	97	8,2	120	9,6
XI. Doenças do aparelho digestivo	30	2,6	45	4,1	43	3,6	48	4,2	42	3,5	46	3,9	67	5,4
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	5	0,4	2	0,2	4	0,3	1	0,1	4	0,3	5	0,4	5	0,4
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	1	0,1	1	0,1	3	0,2	3	0,3	9	0,8	3	0,3	10	0,8
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	26	2,3	16	1,5	26	2,2	27	2,4	30	2,5	24	2,0	28	2,3
XV. Gravidez parto e puerpério	1	0,1	3	0,3	5	0,4	-	-	2	0,2	3	0,3	1	0,1
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	28	2,5	14	1,3	29	2,4	22	1,9	23	1,9	23	1,9	23	1,8
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	11	1,0	8	0,7	7	0,6	5	0,4	8	0,7	8	0,7	9	0,7
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	45	3,9	43	4,0	18	1,5	37	3,3	61	5,1	46	3,9	43	3,5
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1
XX. Causas externas de morbidade e mortalidade	154	13,5	177	16,3	165	13,7	181	16,0	150	12,6	195	16,5	174	14,0
Total	1.142	100	1.085	100	1.207	100	1.130	100	1.193	100	1.184	100	1.244	100

*excluído óbito ignorado

Alerta!

- As principais causas de óbito em nosso meio (doenças cardiovasculares, causas externas e cânceres) estão associadas a fatores de risco como: hipertensão arterial, obesidade, sedentarismo, alimentação inadequada, tabagismo e consumo abusivo de álcool e outros.

- Prevenir essas doenças e agravos com ações de promoção da saúde, como: estímulo à atividade física – Academias da Saúde- e alimentação saudável; proporcionar áreas de lazer e esporte; elaborar plano municipal de prevenção e redução da mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, envolvendo setores da sociedade.

Notas técnicas: Mortalidade proporcional por grupos de causas

1. Interpretação

- Mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos;
 - De modo geral, é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais: condições socioeconômicas, perfil demográfico, infraestrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais da mortalidade por grupos de causas em segmentos populacionais, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
 - Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população, prestando-se para comparações nacionais e internacionais;
 - Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causa.

3. Fonte

- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS): Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM).

Indicadores de Mortalidade - Mortalidade por causas

Mortalidade proporcional pelas principais causas, Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015

Causa	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Doenças cerebrovasculares	131	11,5	149	13,7	154	12,8	125	11,1	107	9,0	108	9,1	125	10,0
Doenças isquêmicas do coração	111	9,7	101	9,3	132	10,9	119	10,5	112	9,4	110	9,3	127	10,2
Doenças hipertensivas	83	7,3	41	3,8	48	4,0	61	5,4	84	7,0	73	6,2	51	4,1
Homicídio	50	4,4	48	4,4	53	4,4	71	6,3	58	4,9	61	5,2	56	4,5
Pneumonia	49	4,3	45	4,1	51	4,2	53	4,7	75	6,3	59	5,0	71	5,7
Diabetes mellitus	44	3,9	55	5,1	94	7,8	75	6,6	82	6,9	81	6,8	71	5,7
Acidente de trânsito	42	3,7	63	5,8	42	3,5	54	4,8	47	3,9	97	8,2	67	5,4
Neoplasia maligna do estômago	35	3,1	19	1,8	20	1,7	18	1,6	22	1,8	14	1,2	25	2,0
Insuficiência cardíaca	26	2,3	20	1,8	22	1,8	27	2,4	25	2,1	27	2,3	19	1,5
Septicemia	22	1,9	18	1,7	25	2,1	17	1,5	18	1,5	15	1,3	21	1,7
Neoplasia maligna da próstata	21	1,8	25	2,3	20	1,7	19	1,7	23	1,9	17	1,4	27	2,2
Transtornos mentais/comportamentais por uso do álcool	18	1,6	11	1,0	18	1,5	21	1,9	13	1,1	16	1,4	16	1,3
Doenças pulmonares obstrutivas crônicas	16	1,4	14	1,3	29	2,4	23	2,0	25	2,1	26	2,2	32	2,6
Doenças do fígado	11	1,0	16	1,5	19	1,6	23	2,0	15	1,3	18	1,5	25	2,0
Insuficiência renal	10	0,9	11	1,0	17	1,4	16	1,4	17	1,4	10	0,8	20	1,6
Neoplasia maligna dos brônquios e dos pulmões	9	0,8	19	1,8	24	2,0	20	1,8	19	1,6	37	3,1	18	1,4
Neoplasia maligna da mama feminina	5	0,4	17	1,6	12	1,0	11	1,0	8	0,7	7	0,6	12	1,0
Demais causas	459	40,2	413	38,1	427	35,4	377	33,4	443	37,1	408	34,5	461	37,1
Total	1.142	100	1.085	100	1.207	100	1.130	100	1.193	100	1.184	100	1.244	100

Mortalidade proporcional pelas principais causas (Cap CID 10), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Doenças do aparelho circulatório		Causas externas		Neoplasias		Demais causas		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Boa Viagem	115	32,3	51	14,3	56	15,7	134	37,6	356
Canindé	121	25,3	64	13,4	67	14,0	226	47,3	478
Caridade	27	26,7	18	17,8	14	13,9	42	41,6	101
Itatira	37	30,6	9	7,4	21	17,4	54	44,6	121
Madalena	40	38,5	15	14,4	19	18,3	30	28,8	104
Paramoti	28	33,3	17	20,2	14	16,7	25	29,8	84
RS Canindé	368	29,6	174	14,0	191	15,4	511	41,1	1.244
McR Sertão Central	1.224	29,8	610	14,8	597	14,5	1.680	40,9	4.111
Ceará	14.864	26,5	8.715	17,8	8.247	15,1	23.134	42,1	54.963

Notas técnicas: Taxa de Mortalidade por causa (Número de óbitos por determinada causa por 100.000 habitantes)

1. Interpretação

-Estima o risco de morte por causas e dimensiona a sua magnitude como problema de saúde pública.

2. Usos

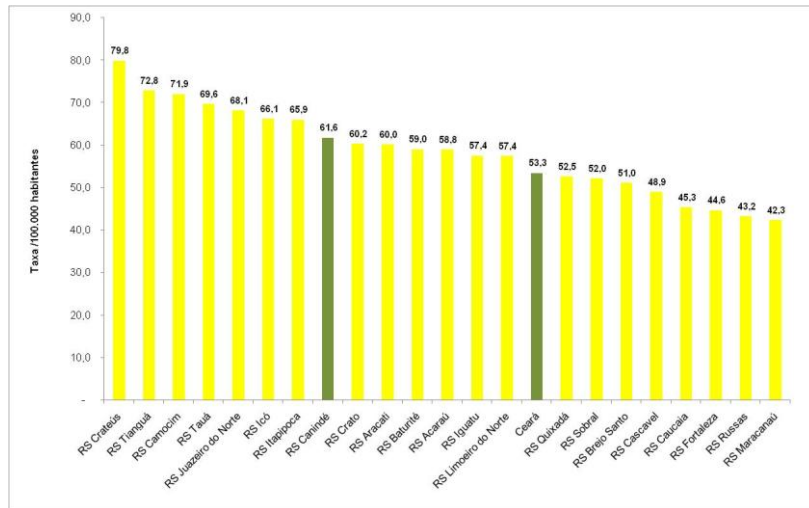
- Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas visando à adoção de medidas preventivas e assistenciais relativas a cada grupo de causas.

3. Fonte

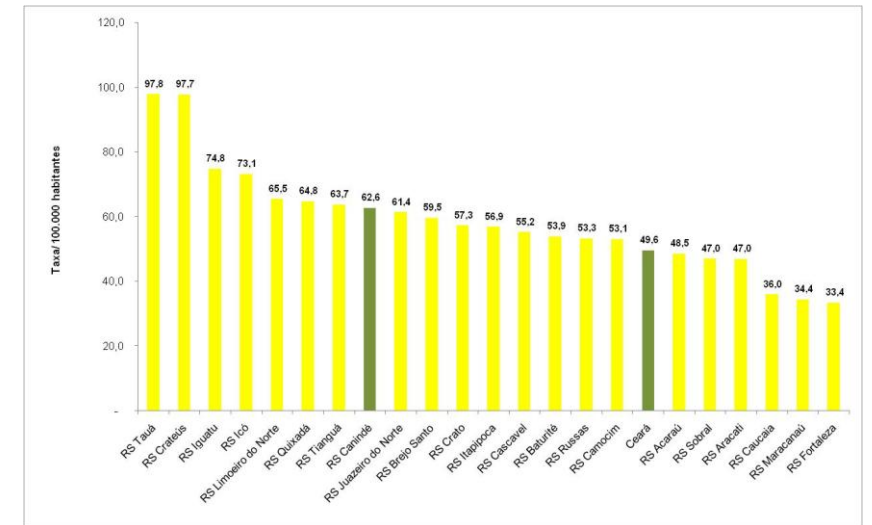
- Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM (instrumento de coleta de dado: Declaração de Óbito – DO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Indicadores de Mortalidade - Mortalidade por causas

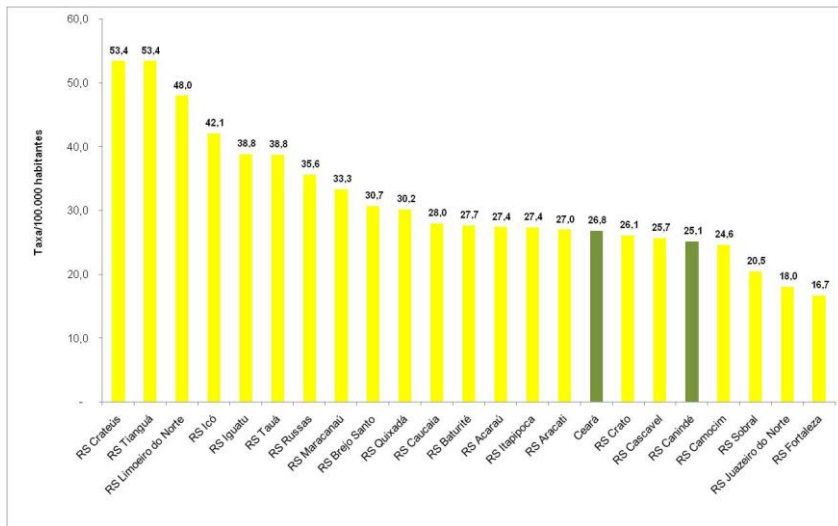
Taxa de mortalidade por doenças cerebrovasculares por Região de Saúde - Ceará, 2015



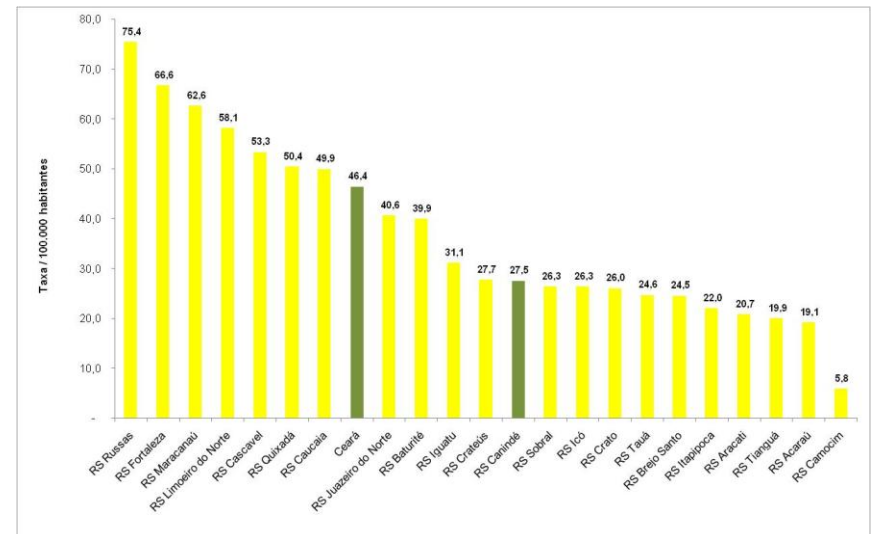
Taxa de mortalidade por doenças isquêmicas do coração por Região de Saúde - Ceará, 2015



Taxa de mortalidade por doenças hipertensivas por Região de Saúde - Ceará, 2015

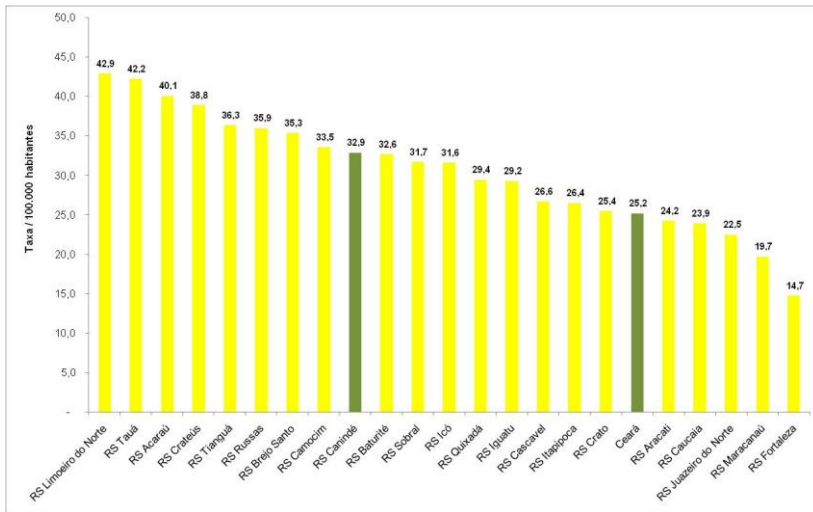


Taxa de mortalidade por homicídio por Região de Saúde - Ceará, 2015

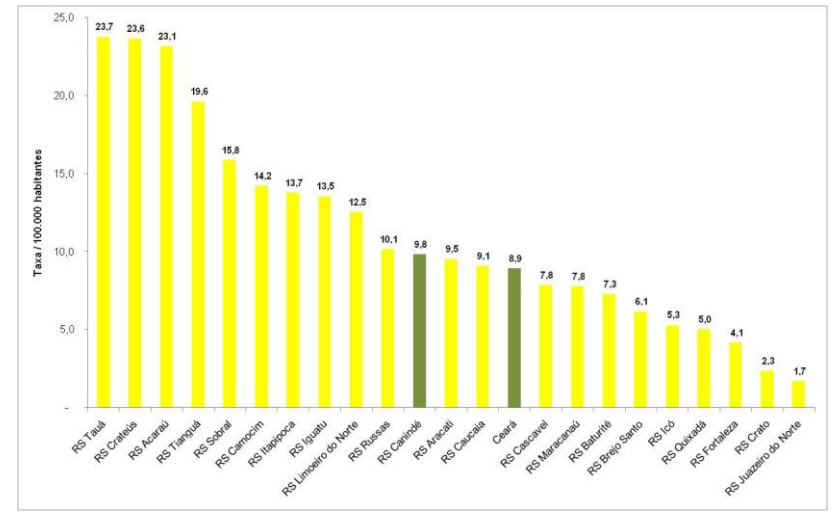


Indicadores de Mortalidade - Mortalidade por causas

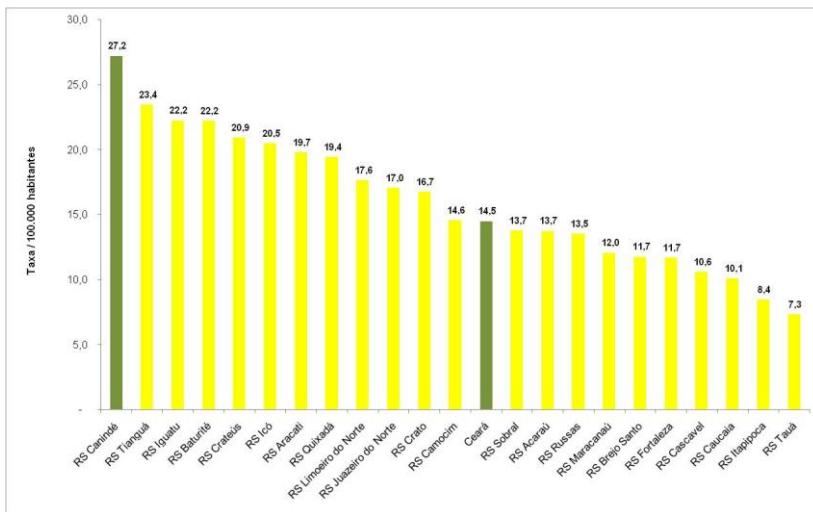
Taxa de mortalidade por acidentes de trânsito por Região de Saúde - Ceará, 2015



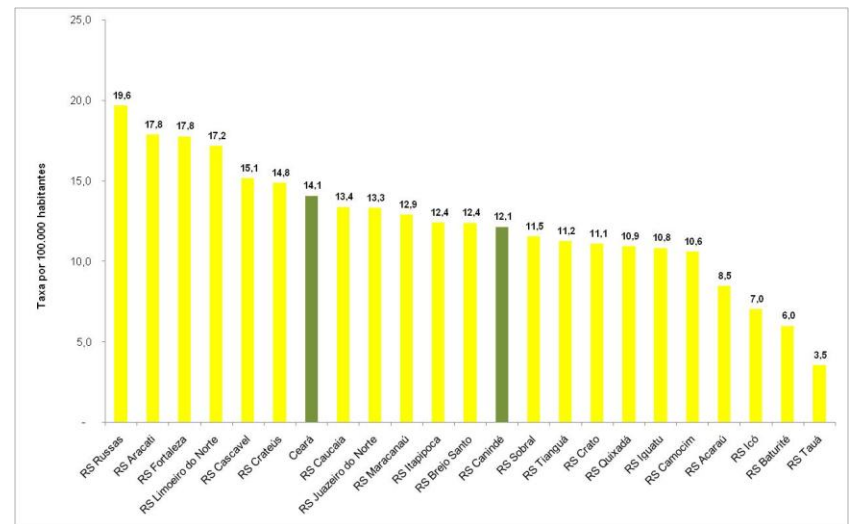
Taxa de mortalidade por acidentes de moto por Região de Saúde - Ceará, 2015



Taxa de mortalidade por câncer de próstata por Região de Saúde - Ceará, 2015

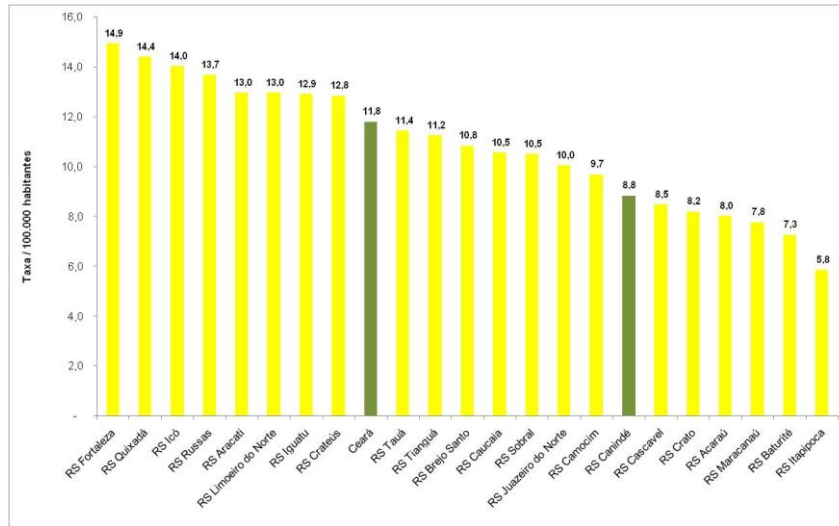


Taxa de mortalidade por câncer de mama feminina por Região de Saúde - Ceará, 2015

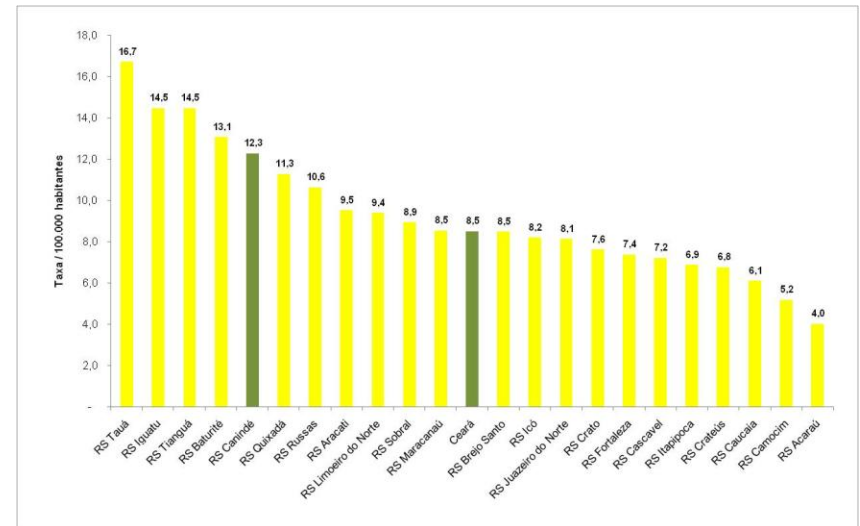


Indicadores de Mortalidade - Mortalidade por causas

Taxa de mortalidade por câncer de pulmão por Região de Saúde - Ceará, 2015



Taxa de mortalidade por câncer de estômago por Região de Saúde - Ceará, 2015



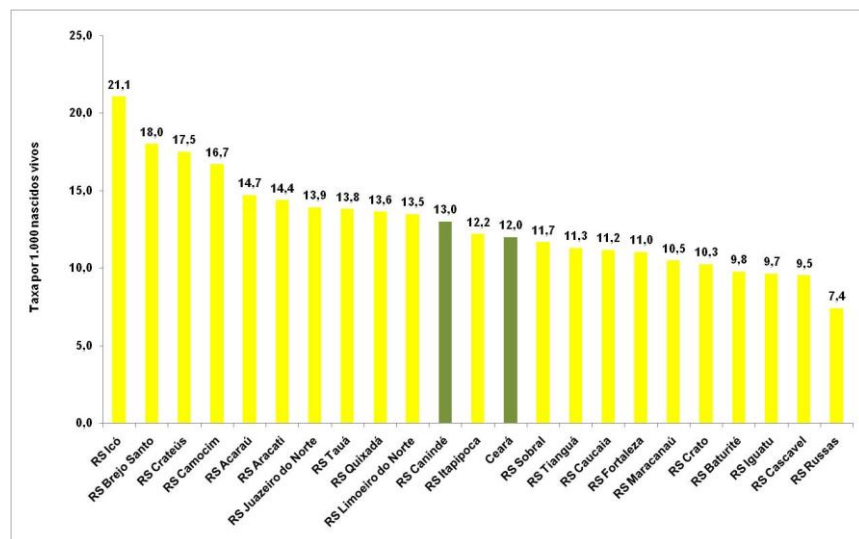
Indicadores de Mortalidade - Mortalidade infantil

Taxa de mortalidade infantil e seus componentes (neonatal e pós-neonatal),
municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Neonatal		Pós-neonatal		TMI	
	(menor de 28 dias)		(28 dias a menor de 1 ano)		(menor de 1 ano)	
	N.º	Taxa	N.º	Taxa	N.º	Taxa
Boa Viagem	12	17,6	2	2,9	14	20,6
Canindé	9	7,8	8	6,9	17	14,7
Caridade	1	4,0	-	-	1	4,0
Itatira	1	3,1	1	3,1	2	6,1
Madalena	-	-	1	4,8	1	4,8
Paramoti	1	7,1	-	-	1	7,1
RS Canindé	24	8,7	12	4,3	36	13,0
McR Sertão Central	81	9,4	35	4,1	116	13,5
Ceará	1.139	8,6	447	3,4	1.586	12,0

* 1 óbito sem especificação de faixa etária

Taxa de mortalidade infantil por Região de Saúde - Ceará, 2015



Notas técnicas: Taxa de Mortalidade infantil (Número de óbitos de menores de 1 ano por 1.000 nascidos vivos)

Interpretação

- Estimativa o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida;
- Reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico e infra-estrutura ambiental, bem como o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materna e da população infantil.

2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais da mortalidade infantil, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

3. Fonte

- Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM;
- Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – Sinasc.

Alerta!

- Todo óbito de crianças menores de um ano deve ser **notificado** (digitado no SIM federal) até 30 dias da ocorrência do óbito (oportunidade), **investigado** e com a ficha síntese **digitada** até 120 dias (Portaria MS/SVS nº 72/2010).

- Municípios com população \geq 80.000 habitantes devem ter Comitê de Prevenção da Mortalidade Infantil implantado e funcionando.

- Municípios com população $<$ 80.000 habitantes devem ter Comissão Técnica de Prevenção da Mortalidade Infantil e encaminhar as investigações para o Comitê Regional.

Indicadores de Mortalidade - Mortalidade infantil

Número e proporção de óbitos evitáveis em < 1 ano segundo tipo de evitabilidade, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Ações de Imunoprevenção		Adeq. Atenção à Gestação		Adeq. Atenção ao Parto		Adeq. Atenção ao RN		Ações de Diag. e Tratamento		Ações de Promoção à Saúde		Total Causas Evitáveis		Total < 1 ano
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Boa Viagem	-	-	1	7,1	4	28,6	4	28,6	2	14,3	-	-	11	78,6	14
Canindé	-	-	4	23,5	2	11,8	2	11,8	1	5,9	3	17,6	12	70,6	17
Caridade	-	-	1	100	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	1
Itatira	-	-	1	50,0	-	-	-	-	-	-	-	-	1	50,0	2
Madalena	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	100	1	100	1
Paramoti	-	-	-	-	-	-	1	100	-	-	-	-	1	100	1
RS de Canindé	-	-	7	19,4	6	16,7	7	19,4	3	8,3	4	11,1	27	75,0	36
McR Sertão Central	-	-	19	16,4	14	12,1	33	28,4	6	5,2	7	6,0	79	68,1	116
Ceará	3	0,2	210	13,2	170	10,7	555	35,0	91	5,7	61	3,8	1.090	68,7	1.586

Mortalidade Infantil por causas evitáveis

1. Interpretação

- São definidos como aquelas preveníveis, total ou parcialmente, por ações efetivas nos serviços de saúde que estejam acessíveis em determinados locais e época;
- São as causas de óbitos cuja ocorrência está intimamente relacionada à intervenção médica, sugerindo que determinados óbitos não deveriam ocorrer, por ser possível sua prevenção e/ou o tratamento do agravo ou condição que o determina.

2. Usos

- A classificação dos óbitos como evitáveis tem como objetivo o monitoramento e avaliação dos serviços de saúde, bem como a realização de análises de tendências temporais e a comparação de indicadores entre as regiões, além disso, auxilia a planejar medidas para sua redução;
- Analisar a tendência da mortalidade infantil, segundo causas evitáveis, possibilita avaliar com maior precisão o estado de saúde da população infantil de um determinado local, além de fornecer subsídios para implantação de intervenções mais apropriadas às necessidades dos grupos populacionais de maior vulnerabilidade;
- Estudos sobre evitabilidade são importantes ferramentas de monitoramento da mortalidade cujas causas são evitáveis pela atenção à saúde e de identificação de eventos sentinela sensíveis à qualidade dessa atenção;
- Mede a participação relativa das causas evitáveis ou reduzíveis no coeficiente da mortalidade infantil.

3. Fontes de dados:

- Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM.

Alerta!

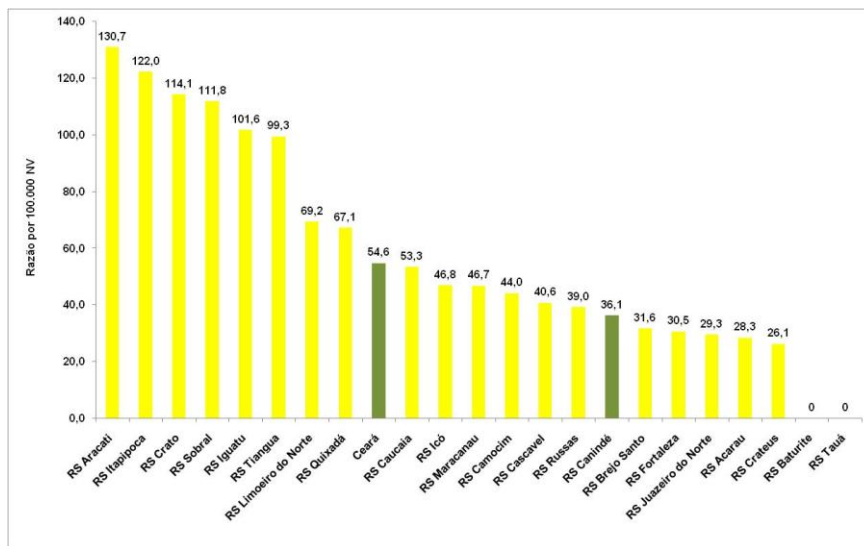
Entre as ações que devem ser alvo de avaliações para redução da mortalidade infantil por causas evitáveis, destacam-se: o acompanhamento adequado e oportuno no pré-natal com estímulo ao parto normal a fim de reduzir a prematuridade e o baixo peso ao nascer; a adequada triagem clínico-laboratorial no pré-natal da gestante e a prevenção de morbidades maternas que afetam o feto ou o recém-nascido, tais como o Diabetes Mellitus Gestacional e as Doenças Hipertensivas na Gestação; ampliação do acesso do recém-nascido de alto risco às ações de média e alta complexidade para a prevenção do óbito por transtornos cardiorrespiratórios e de infecções específicas do período perinatal.

Indicadores de Mortalidade – Mortalidade materna

Número de óbitos e razão de mortalidade materna por Região de Saúde da Macroregião Sertão Central - Ceará, 2013 a 2015

Região de Saúde	2013			2014			2015		
	Nº Materno	Nº Obstétrico	RMM	Nº Materno	Nº Obstétrico	RMM	Nº Materno	Nº Obstétrico	RMM
5ª Canindé	3	2	78,1	6	3	110,7	2	1	36,1
8ª Quixadá	4	3	71,5	6	3	69,8	5	3	67,1
14ª Tauá	2	2	146,5	2	2	143,8	-	-	-
McR Sertão Central	9	7	86,2	14	8	95,2	7	4	47,6
Ceará	140	103	82,5	135	84	65,5	105	70	54,6

Razão de mortalidade materna (RMM) por Região de Saúde - Ceará, 2015



Alerta!

-As principais causas dos óbitos maternos foram as síndromes hipertensivas da gestação e as síndromes hemorrágicas, consideradas evitáveis; Todo óbito materno ou de mulher em idade fértil – MIF deve ser **notificado** (digitado no SIM federal) até 30 dias da ocorrência do óbito (oportunidade), **investigado** e com a ficha síntese **digitada** até 120 dias (Portaria MS/SVS nº 72/2010); Municípios com população ≥ 80.000 habitantes devem ter Comitê de Prevenção da Mortalidade Materna implantado e funcionando; Municípios com população < 80.000 habitantes devem ter Comissão Técnica de Prevenção da Mortalidade Materna e encaminhar as investigações para o Comitê Regional.

Notas técnicas: Razão de mortalidade materna (Número de óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos)

1. Interpretação

- Estima a frequência de óbitos femininos, ocorridos durante a gravidez e até 42 dias após o término da gravidez, atribuídos a causas ligadas à gravidez, ao parto e ao puerpério, em relação ao total de nascidos vivos. O número de nascidos vivos é adotado como uma aproximação do total de mulheres grávidas; Reflete a qualidade da atenção à saúde da mulher. Taxas elevadas de mortalidade materna estão associadas à insatisfatória prestação de serviços de saúde a esse grupo, desde o planejamento familiar e a assistência pré-natal, até a assistência ao parto e ao puerpério.

2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais da mortalidade materna, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos; Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas à atenção pré-natal, ao parto e ao puerpério.

3. Fonte

- Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM;
- Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – Sinasc.

Número de óbitos maternos, municípios da Região de Saúde de Canindé - Ceará, 2013 a 2015

Município	2013		2014		2015	
	Nº Materno	Nº Obstétrico	Nº Materno	Nº Obstétrico	Nº Materno	Nº Obstétrico
Boa Viagem	1	1	1	1	1	-
Canindé	-	-	2	-	1	1
Caridade	1	-	-	-	-	-
Itaira	1	1	-	-	-	-
Madalena	-	-	3	2	-	-
Paramoti	-	-	-	-	-	-
RS de Canindé	3	2	6	3	2	1
Ceará	140	103	135	84	105	70

Indicadores de Morbidade - Doenças transmissíveis

Número de casos confirmados das principais doenças transmissíveis, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Dengue	Aids	Leishmaniose tegumentar	Leishmaniose visceral	Tuberculose	Hanseníase	Sífilis congênita	Hepatites			Doença meningocócica
								A	B	C	
Boa Viagem	496	1	2	8	12	10	1	1	0	1	0
Canindé	556	11	0	5	23	21	8	0	0	0	0
Caridade	12	0	1	2	2	15	0	0	0	0	0
Itatira	67	0	1	11	7	6	1	0	0	1	0
Madalena	40	1	2	0	4	0	1	0	0	0	0
Paramoti	22	0	0	3	1	2	0	0	0	0	0
RS Canindé	1193	13	6	29	49	54	11	1	0	2	0
McR Sertão Central	2.411	36	118	80	126	163	30	2	7	7	1
Ceará	56.981	934	601	560	3.448	1.851	1.138	43	143	175	21

Notas técnicas: Taxa de incidência doenças transmissíveis:

(dengue, aids, leishmaniose visceral, leishmaniose tegumentar, tuberculose, hanseníase, hepatites, doença meningocócica - Taxa de incidência: número de casos por 100.000 habitantes; sífilis congênita - Taxa de incidência: número de casos por 1.000 nascidos vivos)

1. Interpretação

-Indica a frequência anual de casos confirmados dessas doenças, ou seja, a intensidade com que a doença acomete a população, condições favoráveis à transmissão da doença e deficiência nas ações de controle pertinentes.

2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição de casos dessas doenças; - Contribuir para a avaliação e orientação das ações de controle; Subsidiar processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas para esse grupo de doenças, de acordo com as suas especificidades.

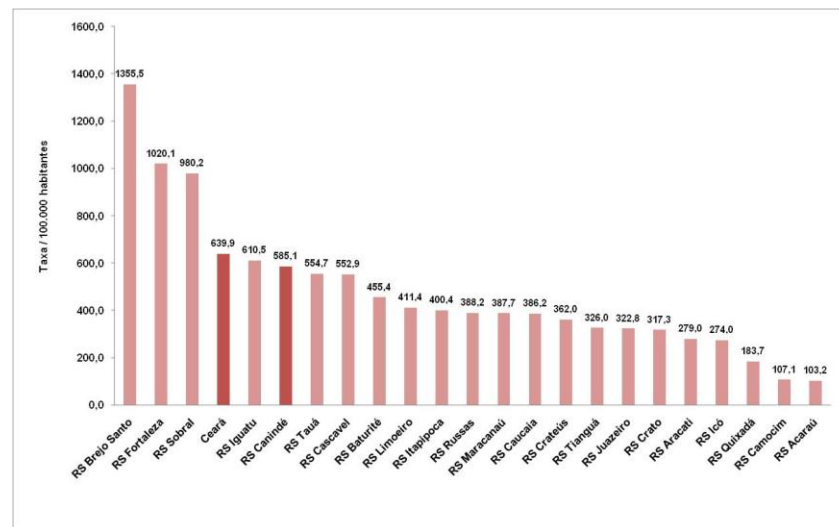
3. Fonte

- Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan / Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos - Sinasc, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Alerta!

- As doenças transmissíveis de maior incidência no Estado ocorrem em quase todas as Regiões de Saúde; - A distribuição por Região de Saúde mostra onde é maior ou menor o risco de adoecer por estas doenças; - As medidas de prevenção e controle devem ser implantadas / implementadas em todos os municípios; - O diagnóstico e o tratamento adequado e oportuno evitam ou reduzem a mortalidade elevada por doenças como dengue grave, calazar e doença meningocócica.

Taxa de incidência de dengue por Região de Saúde - Ceará, 2015

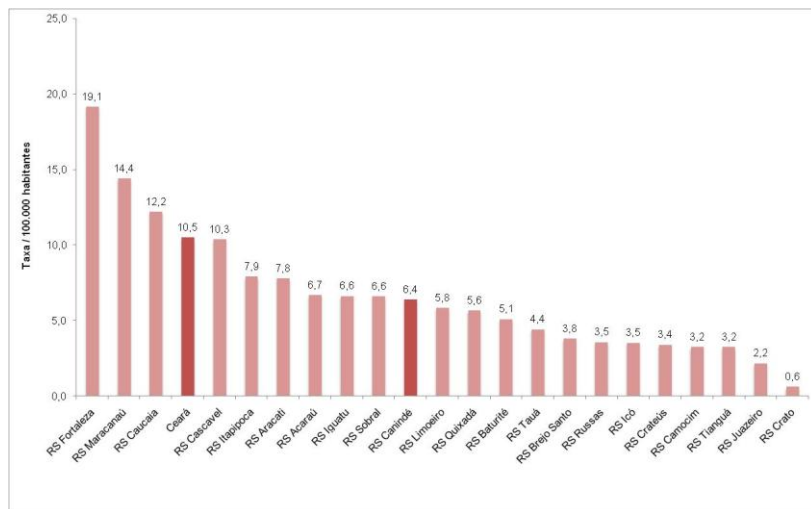


Dengue

- Notificar à Vigilância Epidemiológica no âmbito Municipal e Estadual os óbitos por dengue (DCSA- Dengue com Sinais de Alarme) e DG - Dengue Grave, conforme o artigo 4º da Portaria nº 204 de 17/02/2016; - Reduzir o número de óbitos por dengue, de forma a alcançar níveis menores de 1% da taxa de letalidade, conforme preconiza a OMS-Organização Mundial da Saúde. Isso vem refletir a qualidade na prestação da assistência ao paciente com dengue; - Estabelecer a visita dos imóveis em pelo menos 4 ciclos de visitas, dos 6 preconizados ao ano, pelos agentes de endemias, contribuindo assim com a eliminação dos criadouros no ambiente doméstico e a mudança de comportamento da população.

Indicadores de Morbidade - Doenças transmissíveis

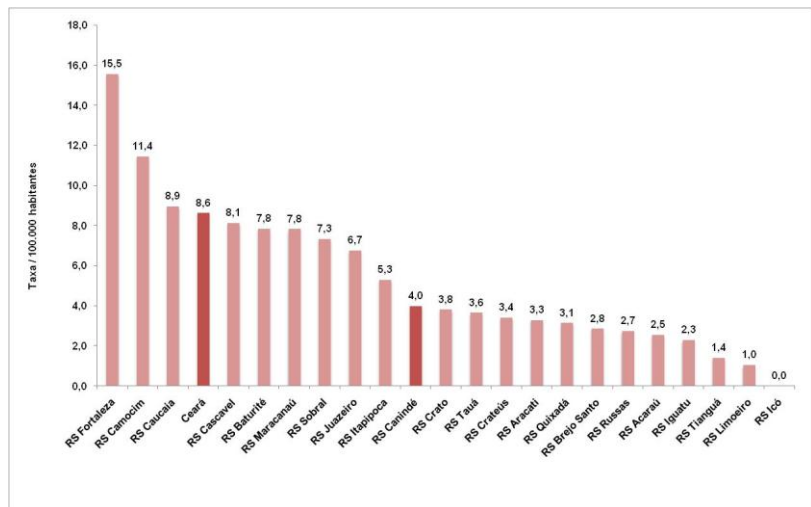
Taxa de incidência de aids por Região de Saúde - Ceará, 2015



Crianças comprovadamente infectadas pelo HIV

- Devem ser acompanhadas em serviços ambulatoriais especializados (SAE) para manejo da terapia antiretroviral quando necessário, tratamento das infecções oportunistas e quimioprofilaxia;
 - O esquema vacinal das crianças com HIV/aids está contido no manual dos centros de referência para imunobiológicos especiais - Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis.
- Manual dos Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais. 4. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.160p.

Taxa de incidência de sífilis congênita por Região de Saúde - Ceará, 2015

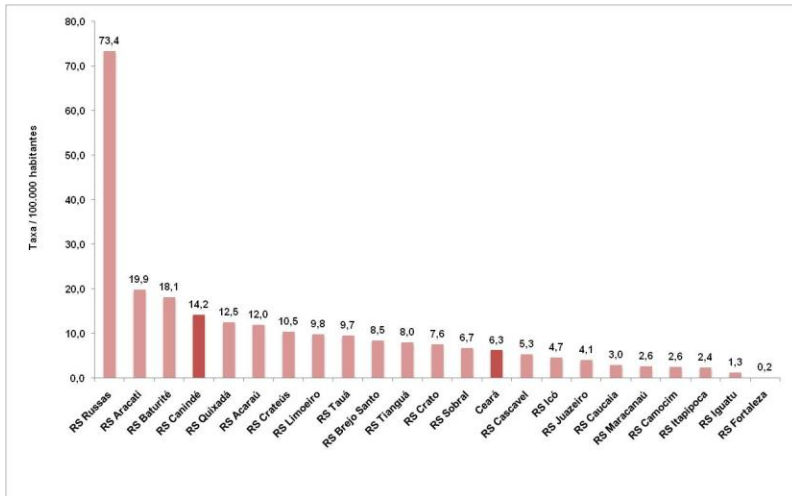


Sífilis congênita

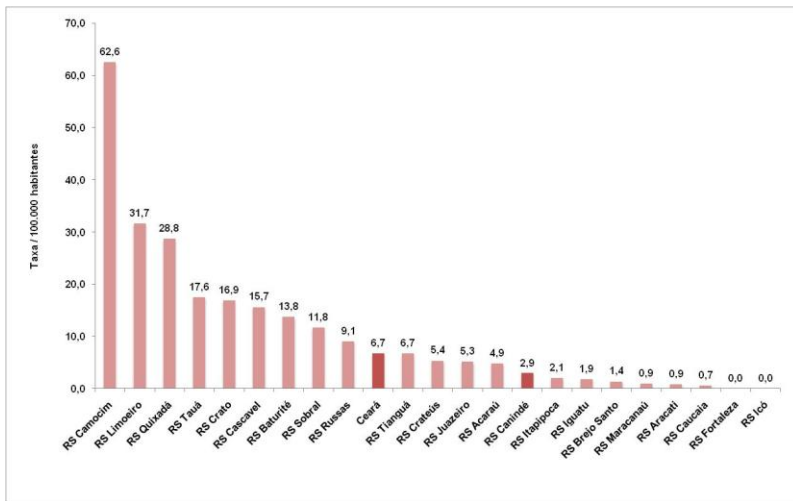
- A sífilis congênita é doença de notificação compulsória para fins de vigilância epidemiológica desde 1986 (Portaria nº 542 de 22/12/1986);
- Os casos de sífilis em gestantes são detectados no pré-natal de qualidade;
- A gestante com sífilis e o parceiro devem ser tratados adequadamente nas UBS (Portaria MS/SVS nº 3.161, 2011);
- Criança com diagnóstico de sífilis congênita, garantir:
 - Seguimento nas UBS com consultas ambulatoriais mensais até o 6º mês de vida e bimensais do 6º ao 12º mês;
 - VDRL com seguimento (a cada 3 meses) e TPHA ou FTA-ABS após os 18 meses de idade para confirmação do caso;
 - Acompanhamento oftalmológico, neurológico e audiológico semestral por 2 anos.

Indicadores de Morbidade - Doenças transmissíveis

Taxa de incidência de leishmaniose visceral por Região de Saúde - Ceará, 2015



Taxa de incidência de leishmaniose tegumentar por Região de Saúde - Ceará, 2015



Leishmaniose Visceral - LV

-Doença causada pela picada do Flebotomíneo *Lutzomyia longipalpis* e que tem como agente etiológico o protozoário *Leishmania spp.*

- A região Nordeste ainda apresenta o maior número de casos;
- Em áreas urbanas o cão é o principal reservatório e em áreas rurais a raposa;
- A importância da doença reside na gravidade da mesma em crianças e pacientes com co-infecção LV / HIV;
- A estratégia de controle da doença está voltada para a identificação e eliminação dos reservatórios, dentre eles o cão, aplicação de inseticidas para eliminação do vetor e diagnóstico e tratamento adequado dos casos registrados.

O objetivo principal do Programa de LV é a redução da letalidade por meio do diagnóstico e do tratamento precoces e eficazes.

-A meta preconizada pelo Ministério da Saúde é de reduzir o número absoluto de óbitos por LV.

As ações para o controle da LV envolvem:

- O tratamento dos casos confirmados;
- Tratamento de paciente acima de 50 anos com anfotericina B lipossomal;
- Realização de inquérito sorológico canino censitário;
- Capacitação de profissionais para diagnóstico e tratamento da LV.

Leishmaniose Tegumentar Americana - LTA

- A Leishmaniose Tegumentar Americana é uma doença infecciosa, não contagiosa, causada por diferentes espécies de protozoários do gênero, que acomete pele e mucosas. Os vetores são flebotomíneos do gênero *Lutzomyia*;

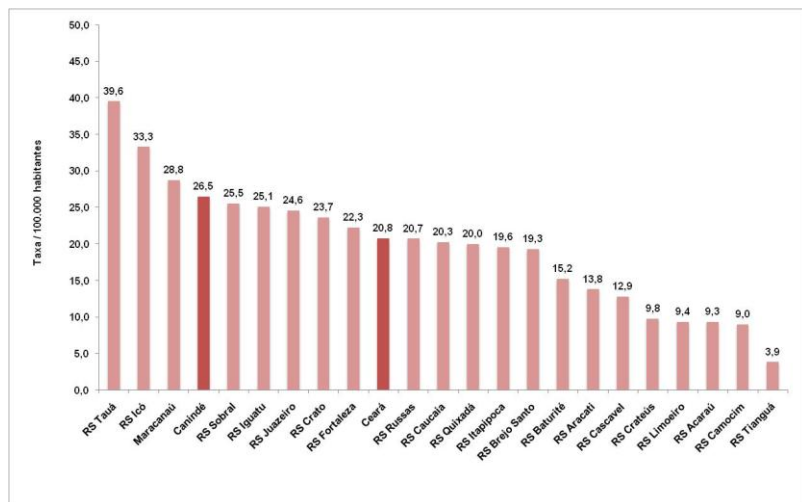
- Primariamente, é uma infecção zoonótica, afetando outros animais além do homem;
- A leishmaniose tegumentar tem ampla distribuição mundial;
- O Programa de Vigilância da Leishmaniose Tegumentar Americana (PV-LTA) tem como objetivo diagnosticar e tratar precocemente os casos detectados, visando reduzir as deformidades provocadas pela doença;
- O critério de cura é clínico sendo indicado o acompanhamento regular por 12 meses. Entretanto, para fins de encerramento do caso no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), não é necessário aguardar o término do acompanhamento;

Os objetivos específicos do PV-LTA são:

- Identificar e monitorar unidades territoriais de relevância epidemiológica; investigar e caracterizar surtos; monitorar formas graves com destruição de mucosa; identificar precocemente os casos autóctones em áreas consideradas não-endêmicas; reduzir o número de casos em áreas de transmissão domiciliar; adotar medidas de controle pertinentes, após investigação epidemiológica, em áreas de transmissão domiciliar; monitorar os eventos adversos aos medicamentos.

Indicadores de Morbidade - Doenças transmissíveis

Taxa de detecção de hanseníase por Região de Saúde - Ceará, 2015



Hanseníase

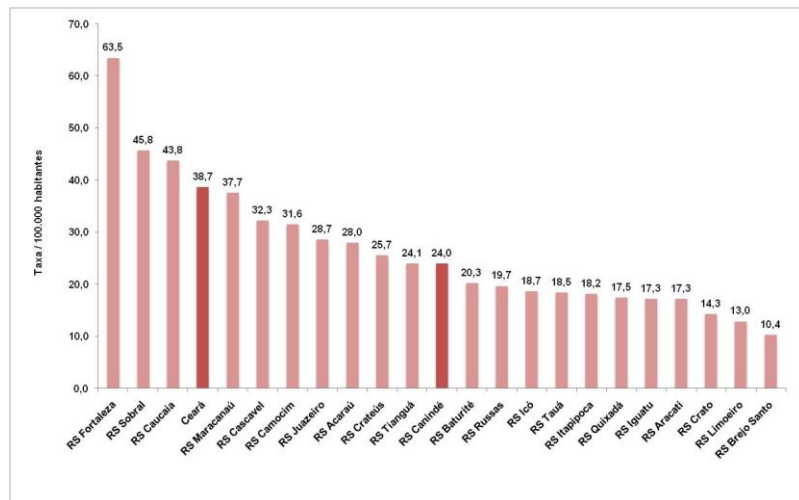
- A hanseníase é uma doença infecciosa crônica, causada pelo *Mycobacterium leprae* que afeta principalmente a pele e os nervos periféricos. O bacilo tem capacidade de infectar grande número de pessoas (alta infectividade), mas baixo poder de causar doença (baixa patogenicidade);

- Meta de cura: 90% dos casos;
- Meta de exames de comunicantes: 80% dos contatos registrados.

Recomendações:

- Aumentar a detecção precoce e cura dos casos diagnosticados;
- Realizar a busca ativa de casos entre contatos intradomiciliares;
- Realizar a busca ativa de casos entre escolares;
- Identificar áreas geográficas endêmicas e silenciosas;
- Identificar populações vulneráveis;
- Monitorar a ocorrência de casos da doença em menores de 15 anos.

Taxa de incidência de tuberculose por Região de Saúde - Ceará, 2015



Tuberculose

Meta:

- Detectar no mínimo 70% dos casos esperados (o parâmetro nacional recomendado é de que 1% da população seja Sintomático Respiratório (SR) e desses, 4% sejam BK +);
- Curar 85% dos casos em tratamento;
- Manter o abandono abaixo de 5% (aceitável pelo MS).

Recomendações:

- Aumentar em 100% o número de SR examinados;
- Expandir o tratamento supervisionado para 100% dos casos;
- Disponibilizar teste anti HIV para 100% dos casos de adultos com TB;
- Registrar e analisar periodicamente os casos de TB por meio do livro de sintomático respiratório e do livro de registro de pacientes e acompanhamento de tratamento dos casos;
- Garantir a realização do exame para diagnóstico (baciloscopia) para 100% dos SR e o resultado do exame em até 24 horas.

Indicadores de Morbidade – Notificação de Violência praticada contra a criança, adolescente, mulher e o idoso

Número de casos notificados de violência, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2009 a 2015

Município	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Boa Viagem	0	0	0	1	3	5	1
Canindé	11	9	7	13	17	37	66
Caridade	0	1	4	4	2	7	9
Itatira	3	0	0	3	3	4	3
Madalena	0	3	3	6	1	1	3
Paramoti	0	0	0	0	1	3	1
RS Canindé	14	13	14	27	27	57	83
McR Sertão Central	133	77	89	106	106	160	228
Ceará	553	751	919	2.312	2.354	3.374	4.405

Notas técnicas: Número de casos notificados de violência praticada contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso

1. Interpretação

- Indica a frequência de casos notificados de violência praticada contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso, os quais são mais suscetíveis à violência doméstica;
- Reflete, de maneira geral, as condições de desenvolvimento socioeconômico, infraestrutura ambiental e desigualdade social, bem como o acesso aos recursos disponíveis para uma vida com qualidade: lazer, educação, saúde e esportes, entre outros.

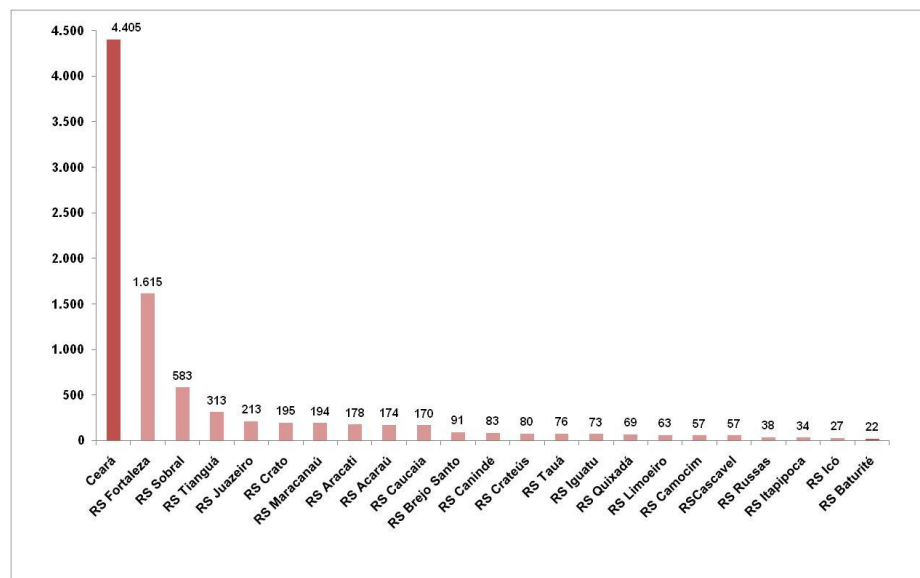
2. Usos

- Analisa variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição de casos notificados de violência contra a mulher, criança, adolescente e o idoso;
- Contribui para a avaliação e orientação das ações de controle;
- Subsidiar processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas e ações de saúde direcionadas para promoção da saúde e prevenção da violência.

3. Fonte

- Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

Número de casos notificados de violência praticada contra a criança, adolescente, mulher e o idoso por Região de Saúde - Ceará, 2015



Alerta!

- Todo caso de violência praticada contra a criança, o adolescente, a mulher e o idoso deve ser notificado pelo Sinan.
- A ausência de casos notificados pelos municípios sugere subnotificação.
- Dada a diversidade de sua tipologia e complexidade na origem da violência, recomenda-se o envolvimento dos setores de educação, saúde, ação social e segurança pública nas ações de prevenção e de promoção da saúde.
- Capacitar profissionais para a identificação de pessoas em situação de vulnerabilidade à violência doméstica, prevenção, promoção da saúde e cultura de paz.
- Estimular a formação de Rede para a atenção às vítimas da violência e prevenção da mesma nos grupos mais suscetíveis.

Indicadores de Morbidade – Internação hospitalar

Número e proporção de internação pelas principais causas (Cap CID 10), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Algumas doenças infecciosas e parasitárias		Doenças do aparelho circulatório		Doenças do aparelho respiratório		Doenças do aparelho digestivo		Lesões, envenenamento, outras consequências de causas externas		Demais causas		Total*
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Boa Viagem	276	10,1	283	10,3	296	10,8	470	17,2	285	10,4	1.130	41,2	2.740
Canindé	286	8,6	214	6,4	350	10,5	393	11,8	509	15,3	1.569	47,2	3.321
Caridadé	54	8,8	80	13,0	65	10,5	60	9,7	108	17,5	250	40,5	617
Itatira	56	9,2	60	9,8	43	7,0	61	10,0	120	19,7	270	44,3	610
Madalena	128	21,7	47	8,0	54	9,2	55	9,3	67	11,4	238	40,4	589
Paramoti	9	3,9	22	9,4	16	6,9	42	18,0	40	17,2	104	44,6	233
RS Canindé	809	10,0	706	8,7	824	10,2	1.081	13,3	1.129	13,9	3.561	43,9	8.110
McR Sertão Central	3.070	11,8	2.327	9,0	3.741	14,4	3.167	12,2	3.531	13,6	10.080	38,9	25.916
Ceará	38.900	11,0	36.727	10,4	47.360	13,4	39.022	11,0	47.553	13,4	145.180	40,9	354.742

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares-SIH/SUS

Nota: * exclui gravidez, parto e puerpério (Cap XV)

Número e percentual de internação por causas (Capítulo CID 10), Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Causa (Capítulo CID 10)	Nº	%
I. Algumas doenças infecciosas e parasitárias	809	10,0
II. Neoplasias (tumores)	438	5,4
III. Doenças sangue órgãos hemat e transt imunitár	113	1,4
IV. Doenças endócrinas nutricionais e metabólicas	140	1,7
V. Transtornos mentais e comportamentais	81	1,0
VI. Doenças do sistema nervoso	157	1,9
VII. Doenças do olho e anexos	21	0,3
VIII. Doenças do ouvido e da apófise mastóide	11	0,1
IX. Doenças do aparelho circulatório	706	8,7
X. Doenças do aparelho respiratório	824	10,2
XI. Doenças do aparelho digestivo	1.081	13,3
XII. Doenças da pele e do tecido subcutâneo	517	6,4
XIII. Doenças sist osteomuscular e tec conjuntivo	150	1,8
XIV. Doenças do aparelho geniturinário	1.040	12,8
XVI. Algumas afec originadas no período perinatal	129	1,6
XVII. Malf cong deformid e anomalias cromossômicas	51	0,6
XVIII. Sint sinais e achad anorm ex clín e laborat	142	1,8
XIX. Lesões enven e alg out conseq causas externas	1.129	13,9
XXI. Contatos com serviços de saúde	571	7,0
Total*	8.110	100

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares-SIH/SUS

Nota: exclui gravidez, parto e puerpério (Cap XV)

Número e proporção de internação pelas principais causas específicas, Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Causas	Nº	%
Traumatismo (S00-T14)	1.004	12,4
Pneumonia (J12-J18)	556	6,9
Doenças infecciosas intestinais (A00-A09)	325	4,0
Colelitíase/colecistite (K80-K81)	285	3,5
Hernia (K40-K46)	250	3,1
Doença cerebrovasculares (I60-I69)	203	2,5
Insuficiência Renal (N17-N19)	195	2,4
Insuficiência cardíaca (I50)	181	2,2
Doença isquêmica do coração (I20-I25)	128	1,6
Doenças do apêndice (K35-K38)	128	1,6
Diabetes mellitua (E10-E14)	121	1,5
Prolapso genital feminino (N81)	107	1,3
Dengue (A90-A91)	95	1,2
Erisipela (A46)	85	1,0
Doença hipertensiva (I10-I15)	60	0,7
Asma (J45-J46)	56	0,7
Desconforto respiratório do RN (P22)	52	0,6
Demais causas	4.279	52,8
Total Geral*	8.110	100

Fonte: Sistema de Informações Hospitalares-SIH/SUS

Nota: exclui gravidez, parto e puerpério (Cap XV)

Indicadores de Morbidade – Internação hospitalar

Notas técnicas: Proporção de internações hospitalares (SUS) por grupos de causas

Distribuição percentual das internações hospitalares financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por grupos de causas selecionadas, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

1. Interpretação

- Mede a participação relativa dos grupos de causas de internação hospitalar, no total de internações financiadas pelo SUS;
- Reflete a demanda hospitalar que, por sua vez, é condicionada pela oferta de serviços no SUS. Não expressa, necessariamente, o quadro nosológico da população residente;
- A concentração de internações em determinados grupos de causas sugere correlações com os contextos econômicos e sociais.

2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição proporcional das internações hospitalares, por grupos de causas, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na realização de análises comparativas da concentração de recursos médico-hospitalares;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar.

3. Fonte

- Sistema de Informações Hospitalares-SIH-SUS.

Notas técnicas: Taxa de internações por grupos de causas (Número de internações por 10.000 habitantes)

1. Interpretação

- Mede a participação relativa dos grupos de causas de internação hospitalar, no total de internações realizadas no SUS;
- Reflete a demanda hospitalar que, por sua vez, é condicionada pela oferta de serviços do SUS; não expressa, necessariamente, o quadro nosológico da população residente;
- A concentração de internações em determinados grupos de causas sugere correlações com os contextos econômicos e sociais.

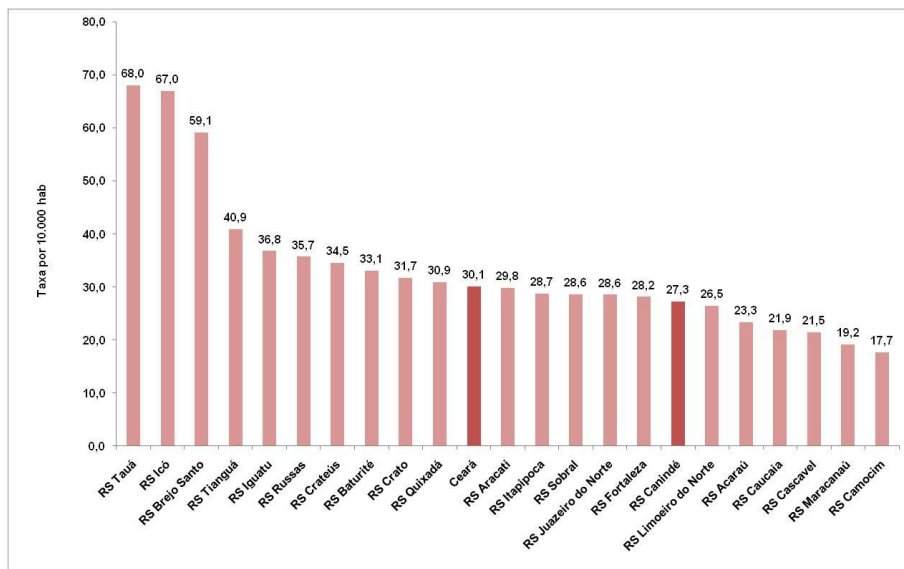
2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição proporcional das internações hospitalares, por grupos de causas, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na realização de análises comparativas da concentração de recursos médico-hospitalares;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para a assistência médico-hospitalar.

3. Fonte

- Sistema de Informações Hospitalares - SIH-SUS; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Taxa de internação por traumatismo por Região de Saúde - Ceará, 2015



Notas técnicas: Taxa de internação por traumatismo por Região de Saúde - Ceará, 2015

1. Interpretação

- Estima o risco da ocorrência de casos por causas externas (traumatismo) que motivaram internação hospitalar, e dimensiona sua magnitude como problema de saúde pública;
- A ocorrência desses agravos está relacionada à exposição a fatores de risco e determinantes dos acidentes, agressões, intoxicações entre outros grupos de causas externas que varia por faixa etária e sexo;
- Reflete as condições de acesso aos serviços hospitalares que por sua vez guarda relação com a oferta desses serviços no SUS. Expressa parcialmente o quadro nosológico da população residente para o grupo de causas considerado;
- Taxas de internações mais elevadas sugerem correlações com os contextos econômicos e sociais.

2. Usos

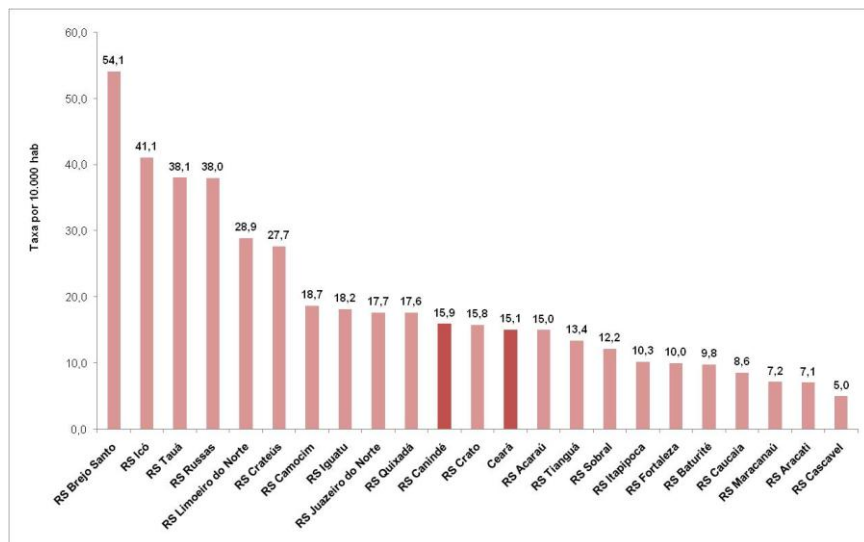
- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais na distribuição das taxas de internações hospitalares, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na realização de análises comparativas da necessidade e concentração de recursos médico-hospitalares, especialmente da assistência médica de urgência e de reabilitação;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, ações de prevenção e da assistência médico-hospitalar;

3. Fonte

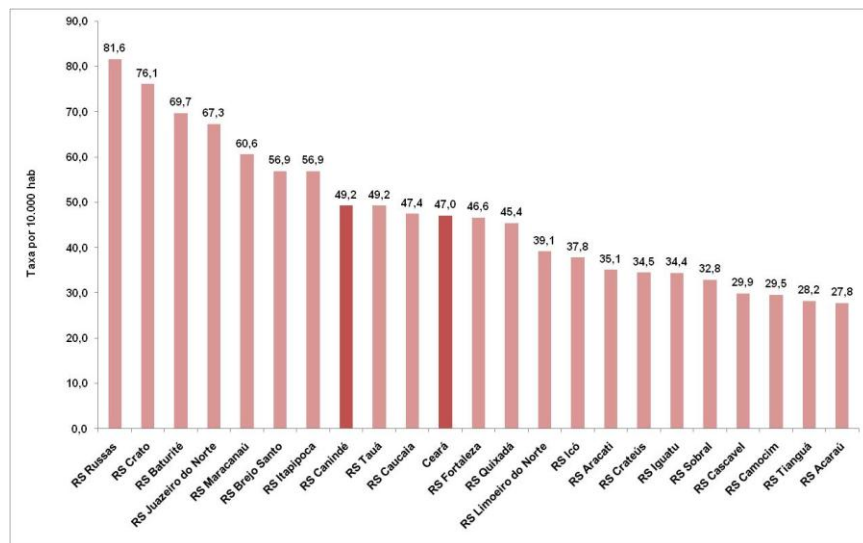
- Sistema de Informações Hospitalares-SIH-SUS; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Indicadores de Morbidade – Internação hospitalar

Taxa de internação por doenças infecciosas intestinais por Região de Saúde - Ceará, 2015



Taxa de internação por pneumonia por Região de Saúde - Ceará, 2015



Notas técnicas: Taxa de internação por doenças infecciosas intestinais por Região de Saúde - Ceará, 2015

1. Interpretação

- Mede a participação relativa das internações atribuídas à doença infecciosa intestinal na população;
- Reflete as condições socioeconômicas e de saneamento, bem como as ações de atenção à saúde, principalmente a utilização de procedimentos básicos como a terapia de reidratação;

2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais das internações por doenças infecciosas intestinais, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a atenção básica.

3. Fonte

- Sistema de Informações Hospitalares-SIH-SUS; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Notas técnicas: Taxa de internação por pneumonia por Região de Saúde - Ceará, 2015

1. Interpretação

- Mede a participação relativa das internações atribuídas à pneumonia na população;
- Reflete as condições socioeconômicas e de atenção básica à saúde, principalmente diante de fatores ambientais que favorecem a ocorrência de infecções respiratórias.

2. Usos

- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais da internação por pneumonia, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população.

3. Fonte

- Sistema de Informações Hospitalares-SIH-SUS; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Indicadores de Morbidade – Internação hospitalar condições sensíveis à atenção primária

Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Internações por condições sensíveis à atenção primária		Total de internações
	Nº	%	
Boa Viagem	679	24,8	2.740
Canindé	520	15,7	3.321
Caridade	124	20,1	617
Itatira	103	16,9	610
Madalena	188	31,9	589
Paramoti	27	11,6	233
RS Canindé	1.641	20,2	8.110
McR Sertão Central	6.142	23,7	25.916
Ceará	86.845	24,5	354.742

Notas técnicas: Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária (ICSAP)

1. Interpretação

- Expressa a participação relativa das internações, por condições que integram a Lista Brasileira de ICSAP, no total de internações em determinado local e ano.

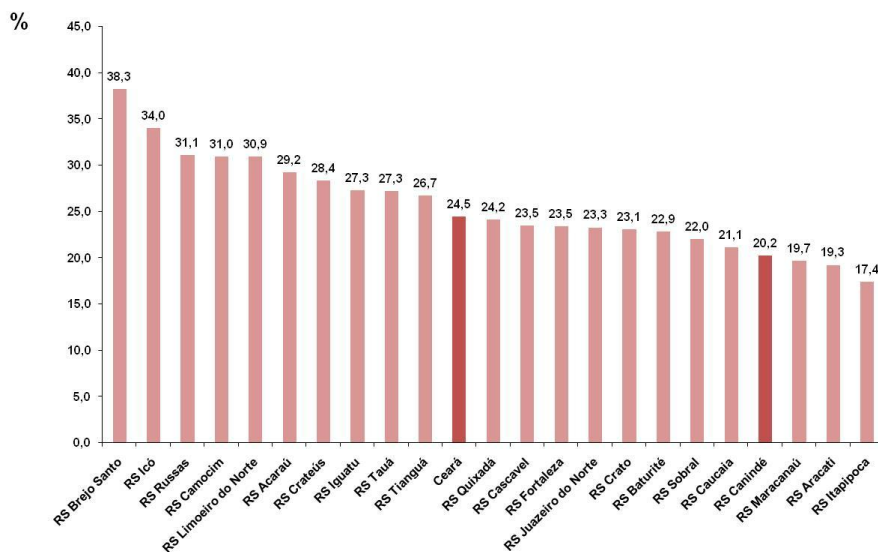
2. Usos

- A análise das taxas de internações por condições sensíveis à atenção primária têm sido como traçadores tanto no monitoramento quanto na avaliação da qualidade de ações e programas da atenção primária.

3. Fonte

- Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS).

Proporção de internações por condições sensíveis à atenção primária por Região de Saúde - Ceará, 2015



Alerta!

- Elevadas taxas de ICSAP podem indicar a necessidade de estudos avaliativos no âmbito da atenção primária, com ênfase nas ações, projetos e programas que incidam sobre as condições sensíveis.

- No Ceará, as gastroenterites infecciosas e complicações (GIC), asma e pneumonias bacterianas tem se constituído nas principais causas destas internações.

- A lista de condições sensíveis à atenção primária está disponível na Portaria MS/SAS nº 221, de 21 de abril de 2008.

Nota: no denominador foi excluído o capítulo gravidez, parto e puerpério (Cap XV).

Indicadores de Recursos

N.º profissionais de saúde (por 1.000 hab), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Médico		Dentista		Enfermeiro	
	N.º	Taxa	N.º	Taxa	N.º	Taxa
Boa Viagem	20	0,4	11	0,2	21	0,4
Canindé	61	0,8	27	0,4	48	0,6
Caridade	15	0,7	3	0,1	11	0,5
Itatira	10	0,5	6	0,3	16	0,8
Madalena	5	0,3	8	0,4	11	0,6
Paramoti	4	0,3	3	0,3	10	0,9
RS Canindé	115	0,6	58	0,3	117	0,6
McR Sertão Central	323	0,5	220	0,3	454	0,7
Ceará	10.071	1,1	3.960	0,4	7.469	0,8

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES

Cobertura da Atenção Primária, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	ACS		ESF		ESB		NASF		
					MOD 1	MOD 2	TIPO 1	TIPO 2	TIPO 3
	N.º	%	N.º	%	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Boa Viagem	131	100	12	71,8	10	0	1	0	0
Canindé	164	100	20	82,6	11	0	2	0	0
Caridade	43	100	8	100	8	0	1	0	0
Itatira	49	100	10	100	7	0	1	0	0
Madalena	45	100	8	100	6	2	1	0	0
Paramoti	30	100	5	100	4	0	0	0	0
RS Canindé	462	...	63	...	46	2	6	0	0
McR Sertão Central	1.492	...	215	...	158	22	21	3	0
Ceará	19.295	...	2.951	...	1.968	170	258	41	2

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES

Nota: M I - Modalidade I; M II - Modalidade II

Gasto público com saúde como proporção do PIB e proporção da receita aplicada em saúde, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2013 e 2015

Município	2013			2015		
	Produto Interno Bruto	Gasto Público em Saúde	Gasto público com saúde per capita	Gasto com saúde com o proporção PIB	Gasto Público em Saúde	Gasto público com saúde per capita
Boa Viagem	284.953.460	8.045.977	150,1	2,8	15.693.456	291,5
Canindé	456.443.896	30.267.373	396,0	6,6	40.315.429	523,6
Caridade	82.808.750	6.901.151	325,0	8,3	8.910.935	408,8
Itatira	92.578.551	7.402.181	372,7	8,0	8.638.845	425,9
Madalena	89.526.201	8.439.177	443,8	9,4	8.978.801	462,2
Paramoti	72.313.332	4.870.462	422,9	6,7	5.238.276	453,6
RS Canindé	1.078.624.190	65.926.321	326,9	6,1	87.775.742	430,5
McR Sertão Central	3.923.728.617	240.319.859	380,8	6,1	309.093.346	485,0
Ceará	108.796.325.185	2.340.366.706	266,6	2,2	2.800.253.377	314,5

N.º de unidades de saúde (CAPS, CEO, policlínica, UPA, hospital), municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	CAPS	CEO	Policlínica	UPA	Hospital
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º
Boa Viagem	-	-	2	-	1
Canindé	2	2	1	1	1
Caridade	-	-	-	-	1
Itatira	-	-	-	-	-
Madalena	-	-	-	-	1
Paramoti	-	-	-	-	1
RS Canindé	2	2	3	1	5
McR Sertão Central	13	10	10	3	23
Ceará	146	95	85	28	319

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES

Proporção da receita própria aplicada em saúde, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2013 a 2015

Município	2013	2014	2015
Boa Viagem	19,4	25,6	21,7
Canindé	26,8	32,9	33,3
Caridade	16,8	25,5	25,5
Itatira	22,7	28,6	25,0
Madalena	22,6	24,3	24,8
Paramoti	20,7	24,2	23,8
Ceará	13,8	15,7	14,2

Notas técnicas: Gasto público com saúde como proporção do PIB

1. Interpretação

- Mede a dimensão do gasto público com saúde no valor total da economia nas três esferas de governo em cada Unidade da Federação;

- Mede a participação relativa de cada esfera de governo no financiamento do Sistema Único de Saúde.

2. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais do gasto público com saúde em relação ao PIB, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;

- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas de saúde.

3. Fonte

- Sistema de Informações do Orçamento Público em Saúde - Siops; Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece.

Notas técnicas: Recursos Próprios aplicados em saúde

1. Interpretação

- Mede o do percentual de recursos próprios aplicados em ações e serviços públicos de saúde, que demonstra a situação relativa ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 28, de 13 de setembro de 2000, regulamentada pelo LC 141/2012.

2. Usos

- Constitui instrumento para o acompanhamento do cumprimento do dispositivo constitucional que determina aplicação mínima de recursos em ações e serviços públicos de saúde, tendo sido reconhecido seu papel na própria LC 141/2012, que o elege para tal. - Faculta aos Conselhos de Saúde e à sociedade em geral a transparência e a visibilidade sobre a aplicação dos recursos públicos. Constitui importante instrumento para a gestão pública em saúde, pois a partir das informações sobre recursos alocados no setor, têm-se subsídios para a discussão sobre o financiamento e planejamento do SUS.

3. Fonte

- Sistema de Informações do Orçamento Público em Saúde - Siops; Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece.

Indicadores de Cobertura

Coberturas vacinais, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2014 e 2015

Município	BCG		Meningocócica C		Pneumocócica 10 V		Cobertura Pentavalente (DTP/Hib/HB)		Poliomielite (VIP / VOP)		Triplice Viral D1		Rotavírus	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
	Boa Viagem	97,4	95,4	98,3	98,1	95,6	98,7	96,8	96,0	103,3	101,3	123,6	102,4	91,4
Canindé	104,9	104,5	98,4	113,2	91,3	104,9	95,6	100,7	104,0	121,7	151,8	116,3	108,6	105,8
Caridade	104,3	90,1	112,6	121,6	106,9	109,9	115,2	112,8	128,1	126,0	165,8	106,6	109,1	109,9
Itatira	98,7	112,4	99,4	129,0	94,8	140,2	94,8	136,3	94,8	135,5	164,5	96,5	99,7	123,2
Madalena	76,2	66,8	87,9	86,8	93,6	87,8	91,9	87,3	92,3	100,0	294,8	80,0	94,8	88,8
Paramoti	77,1	102,1	107,4	103,5	112,3	116,1	104,9	110,5	106,6	90,2	171,3	103,5	101,6	107,0
RS Canindé	98,4	98,4	99,1	109,3	95,3	106,7	97,6	103,9	103,9	115,0	160,3	106,2	101,4	103,8
McR Sertão Central	94,9	119,8	99,3	113,7	100,5	113,9	101,1	115,0	106,4	118,6	141,1	112,7	103,7	114,7
Ceará	107,4	114,6	99,7	110,1	98,4	106,3	98,9	106,7	103,9	113,7	140,3	110,8	95,9	104,2

*Nota: De acordo com o Ministério da Saúde, o parâmetro de cobertura vacinal recomendado é de \geq meta e \leq 120%, pois esses dados ainda são administrativos e referente ao número de doses aplicadas.

Notas técnicas: Coberturas Vacinais

1. Interpretação

- Estima o nível de proteção da população infantil contra doenças selecionadas, evitáveis por imunização, mediante o cumprimento do esquema básico de vacinação.

2. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais no percentual de crianças menores de um ano e de um ano de idade vacinadas com cada tipo de imunizante recomendado pelo Programa Nacional de Imunização (PNI);
- Diagnosticar a situação da cobertura vacinal, homogeneidade das CV e taxa de abandono nos municípios;
- Definir e aplicar critérios de risco de transmissão de doenças imunopreveníveis nos municípios;
- Identificar situações de insuficiência que possam indicar a necessidade de estudos especiais e medidas de intervenção;
- Contribuir para a avaliação operacional e de impacto dos programas de imunização, bem como para o delineamento de estratégias de vacinação;
- Avaliar a homogeneidade de coberturas vacinais, calculando o percentual de municípios que alcançam as metas Epidemiológicas, estabelecidas para cada vacina;
- Subsidiar processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas públicas relativas à atenção a saúde da criança e ao controle de doenças evitáveis por imunização.

3. Fonte

- Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunização – SI PNI.

Alerta!

As coberturas vacinais devem obedecer aos parâmetros:

- \geq 90% para vacinas contra tuberculose (BCG) e contra rotavírus.

- \geq 95% para vacinas contra a meningite meningocócica C, pneumocócica 10v, pentavalente (contra difteria, tétano, coqueluche, *Haemophilus influenzae* tipo b e hepatite B) e tríplice viral (contra sarampo, rubéola e caxumba).

- Coberturas vacinais acima de 100% podem significar vacinação de pessoas de municípios vizinhos, não notificados ao município de residência e ou subnotificação de nascidos vivos.

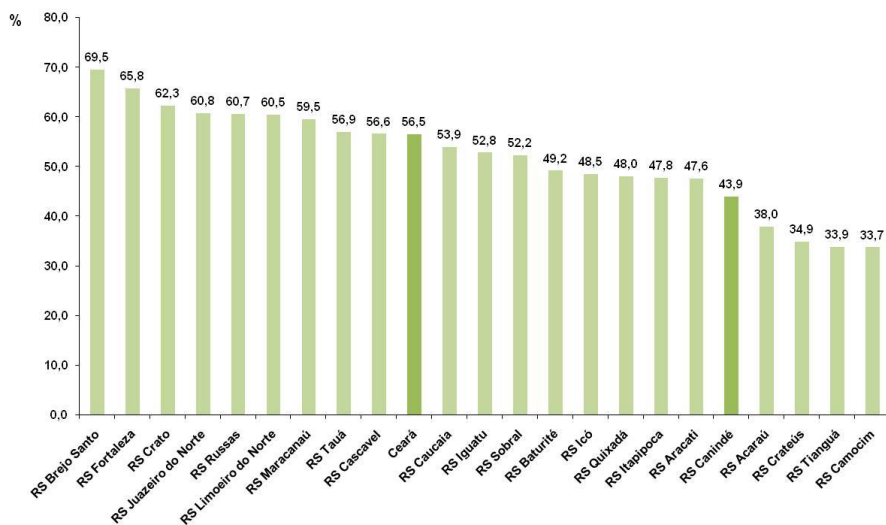
- Coberturas vacinais abaixo de 50% podem significar sub-registro, mas também a não homogeneidade em áreas específicas, o que pode por em risco a população não vacinada.

Indicadores de Cobertura

Número e percentual de algumas características dos nascidos vivos, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Parto cesáreo		7 ou + consulta de pré-natal		Baixo peso ao nascer		Prematuridade	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Boa Viagem	288	42,4	480	70,6	61	9,0	84	12,4
Canindé	530	45,7	703	60,7	80	6,9	136	11,7
Caridade	125	49,6	151	59,9	16	6,3	24	9,5
Itatira	131	40,1	244	74,6	15	4,6	21	6,4
Madalena	75	36,1	153	73,6	13	6,3	21	10,1
Paramoti	66	46,8	106	75,2	14	9,9	13	9,2
RS Canindé	1.215	43,9	1.837	66,4	199	7,2	299	10,8
McR Sertão Central	4.144	48,1	6.150	71,4	628	7,3	1.017	11,8
Ceará	74.602	56,5	88.367	66,9	10.748	8,1	15.268	11,6

Proporção de partos cesáreos por Região de Saúde - Ceará, 2015



Notas técnicas: Parto Cesáreo

1. Interpretação

- Mede a participação relativa dos partos cesáreos no total de partos hospitalares. O número de nascidos vivos em partos hospitalares é adotado como uma aproximação do total de partos hospitalares;
- Percentuais elevados podem significar, entre outros fatores, a concentração de partos considerados de alto risco, em municípios onde existem unidades de referência para a assistência ao parto;
- É influenciado pelo modelo de assistência obstétrica adotado, pelas condições socioeconômicas e de saúde da gestante e pela disponibilidade de recursos especializados (tecnologias e serviços).

2. Usos

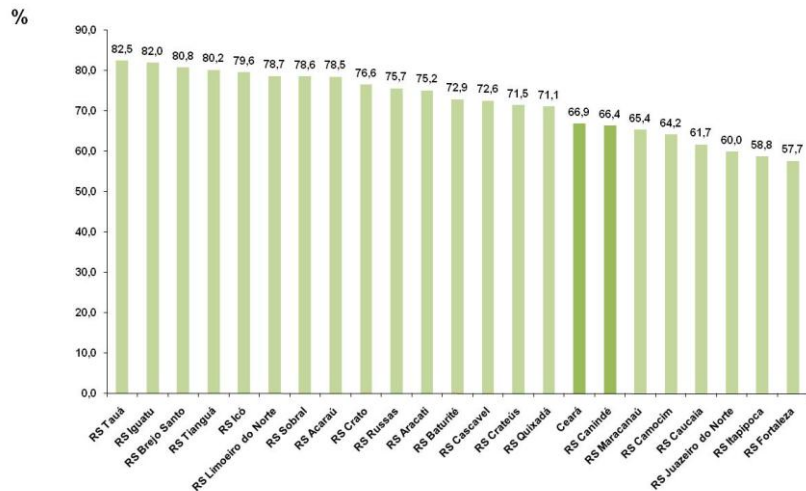
- Analisar variações geográficas e temporais da proporção de partos cesáreos, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na análise da qualidade da assistência ao parto e das condições de acesso aos serviços de saúde, no contexto do modelo assistencial adotado;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção à saúde da mulher e da criança.

3. Fonte

- Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – Sinasc.

Indicadores de Cobertura

Cobertura de consulta de pré-natal (7 ou mais) por Região de Saúde - Ceará, 2015



Notas técnicas: Cobertura de consulta de pré-natal

1. Interpretação

- Mede a realização de consultas de pré-natal, a partir de informações prestadas pelas mulheres durante a assistência ao parto;
- É influenciado por fatores socioeconômicos, pela infraestrutura de prestação de serviços e por políticas públicas assistenciais e preventivas.

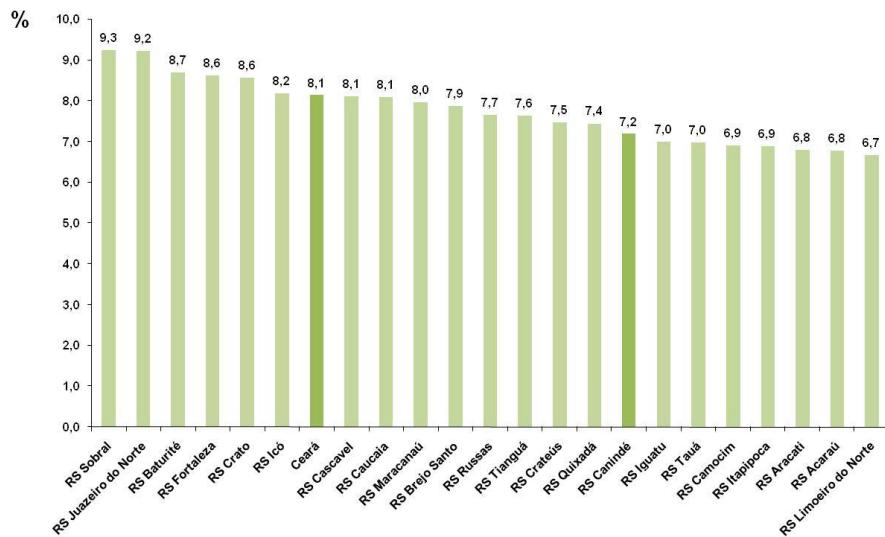
2. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais na cobertura do atendimento pré-natal, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Contribuir na análise das condições de acesso e qualidade da assistência pré-natal, em associação com outros indicadores, tais como a mortalidade materna e infantil;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal, o parto e a atenção à saúde da criança.

3. Fonte

- Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – Sinasc.

Proporção de nascidos vivos com baixo peso ao nascer por Região de Saúde - Ceará, 2015



Notas técnicas: Baixo peso ao nascer

1. Interpretação

- Mede, percentualmente, a frequência de nascidos vivos de baixo peso (< 2.500 gramas), em relação ao total de nascidos vivos. A ocorrência de baixo peso ao nascer expressa retardo do crescimento intra-uterino ou prematuridade e representa importante fator de risco para a morbimortalidade neonatal e infantil;
- É um preditor da sobrevivência infantil. Quanto menor o peso ao nascer, maior a probabilidade de morte precoce. Em países desenvolvidos, observam-se valores em torno de 5-6%. De acordo com o padrão internacional, valores acima de 10% são considerados inaceitáveis;
- Proporções elevadas de nascidos vivos de baixo peso estão associadas, em geral, a baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico e de assistência materno-infantil.

2. Usos

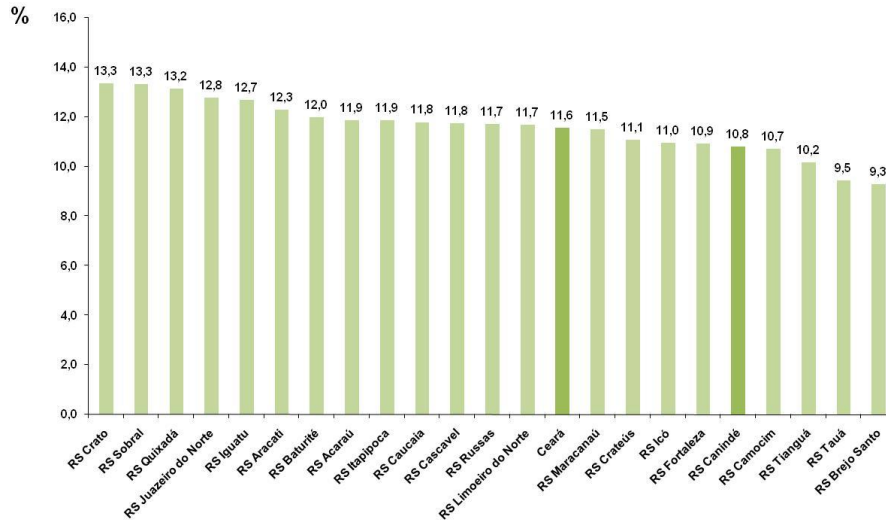
- Analisar variações populacionais, geográficas e temporais da proporção de nascidos vivos de baixo peso;
- Contribuir para orientar iniciativas de intervenção nutricional e para avaliar condições orgânicas e condutas de risco da gestante (tabagismo, alcoolismo e outras);
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações voltadas para a promoção da saúde reprodutiva e proteção e atenção a saúde infantil.

3. Fonte

- Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – Sinasc.

Indicadores de Cobertura

Proporção de nascidos vivos prematuros por Região de Saúde - Ceará, 2015



Notas técnicas: Prematuridade

Recém-nascido de parto cuja gestação tenha duração menor de 37 semanas completas (menos de 259 dias). Fala-se de prematuridade extrema quando o parto ocorre antes de 28 semanas de gestação.

1. Interpretação

- Permite avaliar, de forma indireta, a disponibilidade de ações de saúde em todos os níveis de atenção (educação e saúde, promoção e prevenção, diagnóstico precoce e tratamento) para a saúde materno-infantil.

2. Usos

- Analisar as variações populacionais, geográficas e temporais do indicador, por operadora, identificando tendências e situações de desigualdade que possam demandar a realização de estudos especiais.;
- Contribuir na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltados para atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde infantil.

3. Fonte: - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos – Sinasc.

Alerta!

- Por não está com o sistema imunológico completamente desenvolvido, o risco de infecções aumenta entre os prematuros. Assim, é fundamental uma vigilância criteriosa com todos os cuidados prestados aos bebês. Esses cuidados podem ser simples, mas imperiosos, tais como a lavagem rigorosa das mãos de todos que estarão em contato com o bebê e a vigilância do ambiente que o cerca. O controle de temperatura desses recém-nascidos também deve ser seguido de perto. Uma prematuridade de 22 semanas ou menos, peso de 500 gramas, comprimento menor que 25 centímetros é incompatível com a vida.

Indicadores de Cobertura

Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada e cobertura de 1ª consulta odontológica programática, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada (%)	Cobertura de 1ª consulta odontológica programática (%)
Boa Viagem	0,3	9,3
Canindé	6,3	2,1
Caridade	1,5	3,0
Itatira	2,1	8,8
Madalena	15,5	5,9
Paramoti	0,7	7,7
RS Canindé	4,3	5,4
McR Sertão Central	2,0	16,2
Ceará	2,5	9,7

Notas técnicas: Média da Ação Coletiva de Escovação Dental Supervisionada (Média anual de participantes X 100)

1. Interpretação

- Estima o percentual da ação coletiva de escovação dental supervisionada na população, a partir da média anual de participantes em um determinado local e período.

2. Usos

- Aumentar a prevenção das principais doenças bucais – cárie dentária e doença periodontal.

3. Fonte

- Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Notas técnicas: Indicador de Cobertura de Primeira Consulta Odontológica Programática

1. Interpretação

- Estima a quantidade de pessoas que tiveram acesso à primeira consulta odontológica programática em determinado local e período.

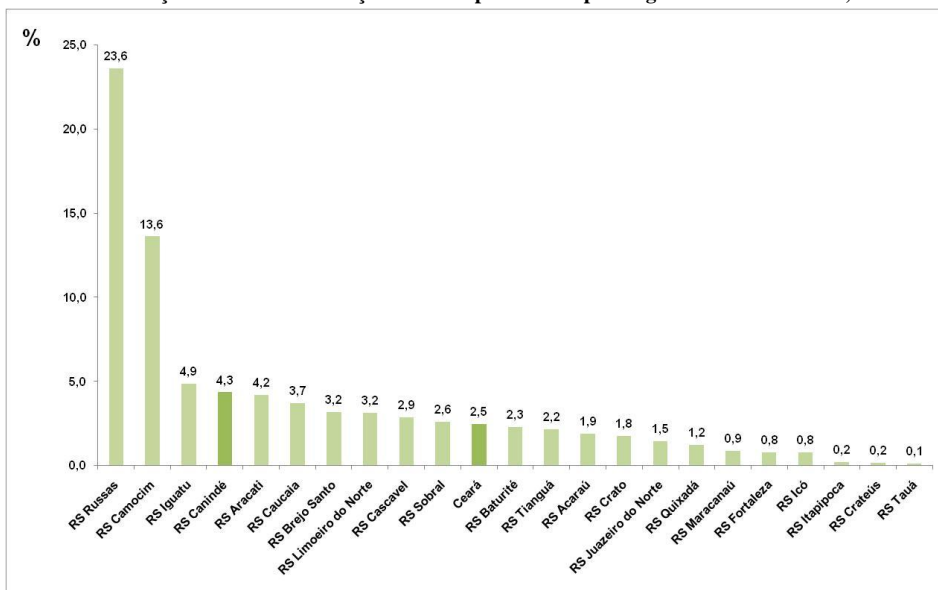
2. Usos

- Avaliação do acesso aos serviços odontológicos.

3. Fonte

- Sistema de Informações Ambulatoriais – SIA;
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Média da ação coletiva de escovação dental supervisionada por Região de Saúde - Ceará, 2015



Alerta!

- Verificar se o procedimento Primeira Consulta Odontológica Programática está cadastrado (Código SIA/SUS 0301010153), em todas as unidades básicas de saúde.

- Este cadastramento faz-se necessário para o registro da informação no SIA/SUS.

Alerta!

- Verificar se o procedimento Escovação Dental Supervisionada está cadastrado (Código SIA/SUS 0101020031), em todas as unidades básicas de saúde. Este cadastramento faz-se necessário para o registro da informação no SIA/SUS.

- O registro do procedimento deverá ser pessoa/mês, ou seja, o número de pessoas que participou da ação coletiva de escovação supervisionada, independente da frequência (diária, semanal, mensal) e não o número de escovações realizadas. A meta pactuada pelo Estado do Ceará para o ano de 2011 foi de 6,36%.

Indicadores de Cobertura

Proporção de amostras de água examinadas para parâmetros coliforme total, cloro residual e turbidez, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2013 a 2015

Município	Coliforme total			Cloro residual			Turbidez			Fluoreto		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Boa viagem	70,4	198,3	219,4	7,9	1,1	0	70,6	197,8	221,1	81,7	60,7	23,8
Caninde	99,3	93,1	67,1	93,1	86,6	42,6	99,3	93,1	68,5	75,0	51,2	52,4
Caridade	38,3	0	45,5	0	0	0	38,3	0	46,2	56,7	0	0
Itaitira	70,4	131,1	120,5	0	0	0	80,1	121,2	122,0	0	66,7	75,0
Madalena	67,6	14,4	84,9	0	0	0	68,1	14,4	97,0	0	0,0	63,3
Paramoti	93,1	147,5	162,5	0	0	0	94,4	147,5	164,2	98,3	70,0	80,0
RS Canindé	74,3	101,6	116,9	24,1	20,7	10,1	75,8	100,1	119,9	58,5	43,1	47,8
Ceará	80,9	139,8	149,5	29,8	41,1	50,5	80,3	141,1	145,5	66,6	76,8	73,9

Proporção de amostras de água examinadas para parâmetros coliforme total, cloro residual e turbidez por Região de Saúde - Ceará, 2013 a 2015

Região de Saúde	Coliforme total			Cloro residual			Turbidez			Fluoreto		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
1ª Fortaleza	79,2	108,1	129,3	16,0	3,2	7,6	72,6	113,0	129,9	69,7	164,8	156,2
2ª Caucaia	87,0	109,1	125,8	56,8	71,2	71,5	87,6	117,8	139,1	80,8	62,2	61,7
3ª Maracanaú	91,4	162,7	178,3	61,5	117,5	151,2	92,2	167,7	190,8	77,9	104,2	96,0
4ª Baturite	75,4	132,2	155,9	10,7	3,7	0,8	75,1	138,2	155,3	55,2	58,1	65,6
6ª Itapipoca	94,0	119,6	157,3	56,1	93,1	111,9	93,3	110,0	172,3	83,7	76,8	87,4
22ª Cascavel	87,4	189,0	184,8	26,7	45,2	62,8	89,5	189,6	187,9	79,7	110,1	89,9
McR Fortaleza	85,3	134,8	152,9	41,5	57,5	69,6	86,1	138,1	160,6	75,2	95,1	92,1
11ª Sobral	84,5	158,2	159,8	16,7	18,6	30,7	85,6	170,3	172,3	64,4	83,1	72,3
12ª Acarau	69,9	182,2	182,8	23,2	46,4	79,3	70,1	166,3	188,6	34,8	73,0	80,4
13ª Tianguá	97,2	190,2	190,2	27,8	60,6	59,6	113,1	161,1	190,7	89,5	73,7	102,8
15ª Crateús	71,4	108,5	108,5	13,2	11,2	0,3	50,9	110,9	93,9	51,8	50,3	12,1
16ª Camocim	93,6	197,2	197,2	0,2	0	0	92,6	202,8	200,8	75,7	95,7	81,3
McR Sobral	82,7	159,7	161,1	17,1	25,8	32,9	81,6	159,7	164,7	63,5	75,2	67,1
17ª Icó	66,5	93,8	90,6	9,1	35,4	21,7	73,9	89,7	0,1	55,4	61,0	55,9
18ª Iguatu	86,5	168,9	167,3	52,1	50,1	49,1	89,5	147,3	39,5	53,3	77,2	89,4
19ª Brejo Santo	60,9	104,1	155,2	10,5	0,6	1,9	58,0	102,5	164,2	46,9	0	14,6
20ª Crato	85,3	128,5	122,4	45,2	55,6	71,0	79,1	137,1	126,5	66,4	98,3	80,9
21ª Juazeiro do Norte	66,9	114,6	146,7	25,9	37,7	63,0	65,0	121,1	164,2	64,6	0,4	38,8
McR Cariri	58,6	125,6	137,6	31,3	38,2	44,8	73,9	122,5	101,8	58,3	54,2	60,2
5ª Canindé	74,3	101,6	116,9	24,1	20,7	10,1	75,8	100,1	119,9	58,5	43,1	47,8
8ª Quixadá	76,3	152,3	163,1	26,1	48,9	73,7	71,5	152,4	163,7	70,3	102,0	104,8
14ª Tauá	85,8	176,1	176,1	4,8	16,0	25,5	89,9	158,5	186,7	73,0	116,3	47,0
McR Sertão Central	77,5	136,6	151,2	21,2	33,8	44,7	76,4	137,4	154,5	67,1	86,7	75,6
7ª Aracati	95,9	143,4	159,6	97,4	87,2	85,8	94,9	154,6	169,3	80,3	89,8	111,7
9ª Russas	90,5	134,6	126,2	24,5	21,9	49,4	91,0	142,6	131,6	70,7	72,4	69,5
10ª Limoeiro do Norte	67,6	126,5	119,6	28,8	50,8	62,6	68,2	137,0	127,3	61,5	67,3	55,4
McR Litoral Leste	79,9	132,2	129,7	41,2	50,2	63,7	80,0	142,2	137,1	88,1	73,2	70,7
Ceará	80,9	139,8	149,5	29,8	41,1	50,5	80,3	141,1	145,5	66,6	76,8	73,9

Notas técnicas: Proporção de amostras analisadas para os parâmetros coliforme total, cloro residual livre, turbidez e fluoreto

1. Interpretação

- Mede o grau de adesão do município às ações de vigilância em saúde ambiental relacionadas à qualidade da água para consumo humano;
- Avalia sistematicamente a qualidade da água consumida pela população quanto aos parâmetros básicos de acordo com o padrão estabelecido na Portaria nº 2.914/2011.

2. Usos

- Monitorar a qualidade da água consumida pela população ao longo do tempo;
- Contribuir para a promoção do acesso à água potável e prevenção de doenças de veiculação hídrica;
- Orientar os responsáveis pela operação dos sistemas e soluções alternativas coletivas sobre a adoção de medidas preventivas e corretivas em face das impropriedades detectadas;
- Subsidiar o processo de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento.

3. Fonte

- Sistema de Informação da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua-Datasus).

Alerta!

- Cloro residual livre indica que a água foi submetida a desinfecção e sua manutenção objetiva prevenir a pós-contaminação da água tratada. Sua medida é indicador de potabilidade microbiológica da água.

- Turbidez elevada na água, além de ser esteticamente desagradável, indica a presença de partículas em suspensão, incluindo oocistos de *Cryptosporidium* e cistos de *Giardia*.

- Na avaliação da qualidade da água distribuída, em geral, tolera-se a detecção eventual de Coliformes Totais, mas requer a ausência sistemática de *E. Coli*. A presença desse patógeno na água de consumo humano é indicador mais preciso de contaminação fecal, representando alto risco de exposição humana a micro-organismos patogênicos.

- Fluoreto: a fluoretacão de água para consumo humano é obrigatória, por tratar-se de medida de promoção da Saúde Bucal. Tanto sua deficiência quanto o excesso tem significado sanitário.

Indicadores de Cobertura

Taxa de cobertura urbana de abastecimento de água e esgotamento sanitário, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Taxa de Cobertura Urbana (%)			
	Água		Esgoto	
	Hab.	%	Hab.	%
Boa Viagem	27.226	99,8	17.850	65,4
Canindé	44.109	91,0	9.948	20,5
Caridade	5.676	45,2	0	0
Itatira	2.464	24,1	0	0
Madalena	6.340	66,2		
Paramoti	6.257	100	1.396	22,3
Ceará	6.305.528	94,1	2.679.353	40,0

Notas técnicas: Cobertura de abastecimento de água

1. Interpretação

- Mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, por meio de rede geral de distribuição;
- Expressa as condições socioeconômicas regionais e a priorização de políticas governamentais direcionadas ao desenvolvimento social;

2. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais na cobertura de abastecimento de água à população, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Subsidiar análises de risco para a saúde associados a fatores ambientais. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental;
- Contribuir na análise da situação socioeconômica da população;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao abastecimento de água.

3. Fonte

- Secretaria das Cidades.

Notas técnicas: Cobertura de esgotamento sanitário

1. Interpretação

- Mede a cobertura populacional da disposição adequada do esgoto sanitário, através de rede coletora ou fossa séptica;
- Expressa as condições socioeconômicas regionais e a priorização de políticas governamentais direcionadas ao desenvolvimento social.

2. Usos

- Analisar variações geográficas e temporais na cobertura de esgotamento sanitário, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos;
- Subsidiar análises de risco para a saúde associados a fatores ambientais. Baixas coberturas favorecem a proliferação de doenças transmissíveis decorrentes de contaminação ambiental;
- Contribuir na análise da situação socioeconômica da população;
- Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas voltadas para o saneamento básico, especialmente as relacionadas ao esgotamento sanitário.

3. Fonte: Secretaria das Cidades.

Indicadores de Cobertura

Número de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias e executadas, segundo municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Cadastro de estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária	Licenciamento dos estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária	Atividade educativa para a população	Recebimento de denúncias /reclamações	Atendimento à denúncias /reclamações	Atividades educativas para o setor regulado	Instauração de processo administrativo sanitário	Total de Procedimentos Executados
Boa Viagem	1	28	556	273	264	231	0	1.353
Canindé	56	249	70	101	48	0	104	628
Caridade	1	20	8	22	20	15	1	87
Itatira	80	125	4	17	20	23	0	269
Madalena	17	27	31	45	40	45	0	205
Paramoti	6	24	53	2	2	125	1	213
RS Canindé	161	473	722	460	394	439	106	2.755
McR Sertão Central	1.460	1.118	3.757	1.308	1.163	1.271	163	10.240
Ceará	31.034	31.678	23.113	12.008	10.234	16.663	2.460	127.190

Notas técnicas: Número de ações de vigilância sanitária

1. Interpretação

- O indicador é importante para avaliar, nas diversas dimensões municipais, o nível de implementação das ações de vigilância sanitária, colaborando para uma coordenação nacional mais efetiva;
- Esse indicador é composto pelas ações identificadas como necessárias para serem executadas em todos os municípios: 1-cadastro de estabelecimentos sujeitos à VISA 2- instauração de processos administrativos de VISA 3- inspeção em estabelecimentos sujeitos à VISA 4-atividades educativas para população 5- atividades educativas para o setor regulado 6- recebimento de denúncias 7- atendimento de denúncias.

2. Usos

- Identificar quais os municípios da região de Saúde realizam as ações consideradas necessárias, uma vez que são ações possíveis de serem executadas por todos os municípios;
- Contribui para a redução dos riscos e agravos à saúde, fortalecendo a promoção e proteção da saúde da população;
- O estímulo às ações preventivas ou de promoção à saúde firmando o compromisso de todo gestor.

3. Fonte

- Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS - SIA.

Alerta!

Os procedimentos de vigilância sanitária (Visa) realizados pelos municípios são alimentados, mês a mês, no Sistema de Informação Ambulatorial do SUS (SIA/SUS), de acordo com as Portarias GM/MS nº 1.378/2013 e nº 475/2014.

Como forma de obter a informação na sua totalidade a Portaria GM/MS nº 475/2014, condicionou o repasse financeiro à alimentação do SIA/SUS.

Os municípios podem recorrer ao Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (COSEMS) e as áreas de controle e avaliação dos estados ou a coordenação estadual de Visa para maiores esclarecimentos.

Indicadores de Cobertura

Monitoramento das ações de combate ao *Aedes Aegypti*, municípios da Região de Saúde Canindé - Ceará, 2015

Município	Índice de Infestação Predial por <i>Aedes Aegypti</i>						Cobertura de visita domiciliar para controle de infestação por <i>Aedes Aegypti</i>					
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo	6º Ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	4º Ciclo	5º Ciclo	6º Ciclo
Boa Viagem	3,7	3,5	3,5	3,2	2,9	1,9	68,3	67,9	69,2	68,7	68,7	69,4
Canindé	14,1	12,9	10,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caridade	2,8	6,5	-	-	-	-	78,2	77,3	82,7	81,9	-	-
Itatira	0,5	0,7	0,2	-	-	-	85,3	85,8	86,9	-	-	-
Madalena	1,1	2,8	1,2	-	-	-	95,1	96,0	96,0	97,7	99,1	36,8
Paramoti	0,6	0,8	0,3	0,2	-	-	103,2	103,3	102,7	106,2	106,2	-
Ceará	62,7	63,3	60,4	47,5	28,3	13,2

Notas técnicas:

1. Interpretação

- Mede, percentualmente a quantidade de imóveis que foi visitada pelo agente de controle de endemias em cada ciclo de visitas domiciliares realizados por município.

2. Uso

- Avaliar quantitativamente o número de imóveis visitados em cada um dos ciclos de visitas domiciliares de rotina para o controle do *Aedes aegypti*.

3. Fonte

- Sistema de Informação do Programa Nacional de Controle da Dengue - SISPNCD, Planilhas de Informação Mensal, Sistema Informatizado de monitoramento da presidência da república- SimPR e FormSUS.

Alerta!

Os municípios devem realizar as visitas domiciliares em 6 ciclos anuais, destes pelo menos 4 ciclos devem ter no mínimo 80% de cobertura de imóveis visitados para o controle vetorial do *Aedes aegypti*.

Esta atividade esta atrelada a Portaria nº 1.378/GM/MS, de 08 de julho de 2013, e regulamentado pelas Portarias nº 1.708/GM/MS, de 16 de agosto de 2013, nº 2.778/GM/MS, de 18 de dezembro de 2014, e nº 328/GM/MS, de 07 de março de 2016, defini compromissos e responsabilidades a serem assumidas pelas três esferas de governo expressas em metas estabelecidas: a federal, com financiamento e apoio técnico, a estadual e a municipal, buscando induzir a implementação de ações que garantam a consecução da meta.